

**ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

***ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO***

Maj Cav FELIPE PEREIRA BARBOSA

**O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A NOÇÃO DE  
DISSUAÇÃO NOS DOCUMENTOS DE DEFESA RECENTES**

(Dissertação de Mestrado)



Rio de Janeiro

2023

Maj Cav **FELIPE PEREIRA BARBOSA**

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A NOÇÃO DE DISSUAÇÃO NOS  
DOCUMENTOS DE DEFESA RECENTES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares do Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Caetano Farias

Rio de Janeiro

2023

Maj Cav **FELIPE PEREIRA BARBOSA**

B238p Barbosa, Felipe Pereira.

O Pensamento geopolítico brasileiro e a noção de dissuasão nos documentos de defesa recentes. / Felipe Pereira Barbosa. —2023.

105 f. : il. ; 30 cm

Orientação: Hélio Caetano Farias

Dissertação (Mestrado em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

**FELIPE PEREIRA BARBOSA**

O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A NOÇÃO DE DISSUAÇÃO NOS DOCUMENTOS DE DEFESA RECENTES.

Dissertação apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Militares.

Aprovada em 12 de dezembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**



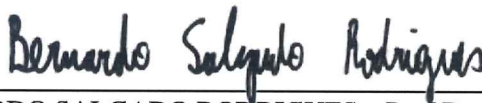
---

HÉLIO CAETANO FARIAS – Prof Dr – Presidente  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANALUCIA DANILEWICZ PEREIRA  
Data: 13/12/2023 11:40:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

ANALÚCIA DANILEWICZ PEREIRA – Profª Drª – Membro  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME



---

BERNARDO SALGADO RODRIGUES – Prof Dr – Membro  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Ciente \_\_\_\_\_



---

FELIPE PEREIRA BARBOSA – Postulante  
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME

In memoriam de João da Matta Barbosa (1925-2017)

## **AGRADECIMENTOS**

Por ocasião do encerramento deste Mestrado, que me consumiu parte significativa do meu tempo, é mister que se façam alguns agradecimentos. Entretanto, agradecer, quase sempre, pode ser uma tarefa ingrata. Pode-se cair na cilada de acabar esquecendo alguém que, ao longo desta caminhada, tenha contribuído de forma relevante. Por isso, desde já, gostaria de agradecer a todas as pessoas, muitas das vezes anônimas, que tornaram possível a concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar, este empreendimento só foi possível graças a Deus, o Grande Arquiteto do Universo, por ter me abençoado com as condições que me possibilitaram chegar neste estágio. Nos extremos lances da vida, é no Criador que depositamos toda a nossa confiança.

Agradeço ao Exército Brasileiro, instituição nacional permanente e indissolúvel.

Agradeço aos meus pais pela educação e carinho que sempre me proporcionaram

Agradeço Ao Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Militares/Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pelo apoio e dedicação que me foram prestados.

Agradeço aos professores do PPGCM, em especial ao Professor Dr. Helio Caetano Farias, meu orientador, por todos os ensinamentos repassados.

Agradeço aos meus companheiros do PPGCM-IMM pelos dois anos de estudos e camaradagem.

Por fim, agradeço à minha família: minha querida esposa Lívia e meu abençoado filho Daniel. Eles sempre foram a inspiração e a força para a minha busca por conhecimento.

“O pensamento da nação deve ser o da fé em seus próprios desígnios. Aos capazes de discernir o porquê da elevação do recipiente de erros, cabe os rigores da obra. Ao Exército, particularmente, incumbe a tarefa” (Mario Travassos, 1916).

## RESUMO

Esta pesquisa estudou como a noção de dissuasão presente nos documentos de Defesa a partir de 1996 se aproxima das principais premissas da tradição geopolítica brasileira. Para tal, foi realizado, em um primeiro momento, um estudo sobre os autores clássicos da dissuasão. Em seguida, foi realizada a revisão da produção de alguns formuladores do pensamento geopolítico brasileiro selecionados. O próximo passo foi analisar os documentos de Defesa brasileiros elaborados a partir do ano de 1996, com o intuito de identificar, de forma explícita ou implícita, a noção de dissuasão inserida nos textos. A tradição geopolítica brasileira vinculou uma noção de dissuasão baseada em aspectos como a coesão nacional, a integração regional, o desenvolvimento econômico fomentado pelo Estado e a projeção continental e extracontinental do país. Dessa forma, ficou evidenciado que a noção de dissuasão, ao longo do tempo, foi sendo resignificada, distanciando-se da tradição geopolítica brasileira, permanecendo em algumas premissas, como a visão sobre o Serviço Militar Obrigatório, o Entorno Estratégico e a Base Industrial de Defesa, enquanto o termo dissuasão passou a se aproximar da noção clássica do termo.

Palavras-chave: Geopolítica. Dissuasão. Defesa. Pensamento Geopolítica Brasileira



## **ABSTRACT**

This research studied how the notion of deterrence present in Defense documents from 1996 onwards approaches the main premises of the Brazilian geopolitical tradition. To this end, initially, a study was carried out on the classic authors of deterrence. Next, a review of the production of some selected formulators of Brazilian geopolitical thought was carried out. The next step was to analyze Brazilian Defense documents prepared from 1996 onwards, with the aim of identifying, explicitly or implicitly, the notion of deterrence inserted in the texts. The Brazilian geopolitical tradition linked a notion of deterrence based on aspects such as national cohesion, regional integration, economic development promoted by the State and the country's continental and extracontinental projection. In this way, it became evident that the notion of deterrence, over time, was given new meaning, distancing itself from the Brazilian geopolitical tradition, remaining in some premises, such as the vision of the Mandatory Military Service, the Strategic Environment and the Industrial Defense Complex, while the term deterrence approached to the classical notion of the term.

.

Keywords: Geopolitics. Dissuasion. Defense, Brazilian Geopolitical Thought.

**SUMÁRIO**

<b>Introdução</b>	<b>15</b>
<b>Cap. 1 – A Compreensão da Dissuasão pelos Autores Clássicos</b>	<b>26</b>
<b>Cap. 2 – A Noção de Dissuasão presente no Pensamento Geopolítico Brasileiro</b>	<b>35</b>
2.1 – Os Precursores do Pensamento Geopolítico Brasileiro	35
2.2 – A Produção Geopolítica entre 1920 e meados da década de 1980	40
2.3 – A Produção Geopolítica do Período pós-Guerra Fria	64
<b>Cap. 3 – A Noção de Dissuasão presente nos documentos de Defesa a partir de 1996</b>	<b>70</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>92</b>
<b>Referências</b>	<b>95</b>

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 01 – Proposta de divisão territorial do Brasil	43
FIGURA 02 – Forças que atuam pró e contra a unidade nacional	44
FIGURA 03 – Linhas que condicionam os antagonismos continentais	46
FIGURA 04 – Rede ferroviária argentina	47
FIGURA 05 – Esquema das possibilidades de reação das comunicações da bacia amazônica sobre a política ferroviária platina	48
FIGURA 06 – Esquema das ações neutralizantes do litoral atlântico sobre a bacia do Prata	48
FIGURA 07 – Zonas geopolíticas brasileiras	56
FIGURA 08 – A América do Sul e os hemisférios interior e exterior	58
FIGURA 09 – Proposta de Equilíbrio Regional	66
FIGURA 10 – Mapa da Geoideologia do Meridionalismo	68
FIGURA 11 – Entorno Estratégico Brasileiro	85

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 01 – Histórico de criação das grandes unidades operacionais do Comando Militar da Amazônia (CMA)	67
TABELA 02 - Quantidade de vezes em que termos correlatos à dissuasão aparecem em cada documento	.71
TABELA 03 – ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão	88
TABELA 04 – ED-6 Fortalecimento da capacidade de dissuasão	88

**LISTA DE SIGLAS**

<b>AED</b>	<b>Ação Estratégica de Defesa</b>
<b>AM</b>	<b>Amazonas</b>
<b>BID</b>	<b>Base Industrial de Defesa</b>
<b>BRICS</b>	<b>Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul</b>
<b>CDS</b>	<b>Conselho de Defesa Sulamericano</b>
<b>DSN</b>	<b>Doutrina de Segurança Nacional</b>
<b>ED</b>	<b>Estratégia de Defesa</b>
<b>END</b>	<b>Estratégia Nacional de Defesa</b>
<b>ESG</b>	<b>Escola Superior de Guerra</b>
<b>EUA</b>	<b>Estados Unidos da América</b>
<b>ISEB</b>	<b>Instituto Superior de Estudos Brasileiros</b>
<b>LBDN</b>	<b>Livro Branco da Defesa Nacional</b>
<b>MD</b>	<b>Ministério da Defesa</b>
<b>MERCOSUL</b>	<b>Mercado Comum do Sul</b>
<b>OEA</b>	<b>Organização dos Estados Americanos</b>
<b>ONU</b>	<b>Organização das Nações Unidas</b>
<b>OTCA</b>	<b>Organização do Tratado de Cooperação Amazônica</b>
<b>PDN</b>	<b>Política de Defesa Nacional</b>
<b>PEF</b>	<b>Pelotão Especial de Fronteira</b>
<b>PND</b>	<b>Política Nacional de Defesa</b>
<b>PPGCM</b>	<b>Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares</b>

<b>RJ</b>	<b>Rio de Janeiro</b>
<b>RO</b>	<b>Rondônia</b>
<b>RR</b>	<b>Roraima</b>
<b>RS</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>
<b>SIPAM</b>	<b>Sistema de Proteção da Amazônia</b>
<b>SISFRON</b>	<b>Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras</b>
<b>SIVAM</b>	<b>Sistema de Vigilância da Amazônia</b>
<b>TIAR</b>	<b>Tratado Interamericano de Assistência Recíproca</b>
<b>UNASUL</b>	<b>União das Nações Sulamericanas</b>
<b>URSS</b>	<b>União das Repúblicas Socialistas Soviéticas</b>
<b>ZOPACAS</b>	<b>Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul</b>

## INTRODUÇÃO

A sistematização de uma geopolítica, resultante do desdobramento teórico da geografia política, iniciou-se com os trabalhos do alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), na última década do século XIX. Este autor formulou os primeiros “conceitos e teorias fundamentais” (COSTA, 2010, p.31), em livros como “Antropogeografia” e “Geografia Política”. As principais preocupações de Ratzel foram com uma Alemanha recém unificada e ainda em formação. Nesse sentido, buscou legar aos “homens de Estado” de um “fundamento geográfico do poder político” (COSTA, 2010, p.40). A sua obra propunha um desenvolvimento político dos Estado por meio da compreensão e utilização de conceitos como “território”, “posição” e “espaço vital (*lebensraum*)”.

A geografia política é um campo da ciência em cujas teorias e conceitos influenciam as relações sociais, em especial as relações de poder de um Estado, a partir da análise dos fatores geográficos. A geopolítica, resultante dos desdobramentos teóricos da geografia política, realiza a junção da geografia e da ciência política com o escopo de operacionalizar a influência dos fatores geográficos sobre a política dos Estados.

Em síntese, a grande contribuição de Ratzel foi no sentido de conceituar e sistematizar o conhecimento que, mais tarde, daria início à geopolítica. Dessa forma foi possível analisar as “influências no destino político de cada território” (TOSTA, 1984, p.09). Coube, entretanto, ao sueco Rudolf Kjéllen (1864-1922) o pioneirismo da geopolítica (COSTA, 2010, p.57). Sua principal obra, onde se encontra as suas principais ideias, data de 1916 e possui o seguinte título em alemão: “*Der Staat als Lebensform*”.

A geopolítica, como campo do saber, nasce do trabalho do professor sueco Rudolf Kjéllen, em seu livro de 1879 “*Politische Geographie*”, quando estabelece a “diferença entre a geografia política e a geopolítica” (MIYAMOTO, 1995, p.27). Nesse contexto, Kjéllen sistematizou a relação da geografia de um Estado com o seu poder. Para Kjéllen:

“Um Estado só pode ser reconhecido como possuidor de um grande poder real quando satisfizer às três condições: grande espaço, liberdade de movimentos e coesão interna. [...] Afirma que os Estados vitalmente fortes com uma área de soberania limitadas são dominados pelo categórico imperativo

político de dilatar seu território pela colonização, união com outros Estados, ou conquistas de diferentes espécies” (KJÉLLEN apud TOSTA, 1984, p.18).

Diversos pensadores, após as contribuições de Ratzel e Kjéllen, passaram a relacionar a geografia e a política, traçando diversas teorias. Dentre os principais teóricos, podem ser citados Vidal de La Blache<sup>1</sup> (1845-1918), Karl Haushofer<sup>2</sup> (1869-1946) e a teoria das pan-regiões, Alfred Thayer Mahan<sup>3</sup> (1840-1914) e o Poder Marítimo, Halford Mackinder<sup>4</sup> (1861-1947) e o “*Heartland*”, Nicholas Spykman<sup>5</sup> (1893-1943) e as fímbrias (*Rimland*), Giulio Douhet<sup>6</sup> (1869-1930) e Alexander Seversky<sup>7</sup> (1894-1974) do Poder Aéreo, entre outros.

No Brasil, a ideia das bases de uma geopolítica estava presente ainda com os portugueses e sua visão estratégica acerca das possibilidades que o território colonial dispunha. A expansão para além dos limites impostos por Tordesilhas, bem como a habilidade na negociação de tratados, exemplificam a visão geopolítica dos predecessores de nossa história, muito antes de sua sistematização. Por “visão geopolítica” entende-se os “prognósticos prospectivos de pensadores esclarecidos, dotados de visão política, que previram para o nosso país um destino de grandeza” (MATTOS, 2011c, p.175).

Conforme Miyamoto (1981, p.76), “o Brasil foi um dos primeiros países a produzir estudos sobre geopolítica *strictu sensu*”, devido à forma rápida que os conhecimentos foram absorvidos por aqui. Por sua vez, Ugarte (1968, p.68) indicou uma “escola brasileira” (tradição geopolítica particular desenvolvida no Brasil), caracterizada pela consciência do grande espaço apresentado pelo país, em particular

---

<sup>1</sup> Vidal de La Blache foi um dos principais representantes da geografia francesa, na qual “apóia-se na premissa de que o homem é que constitui o principal elemento da natureza”. (MIYAMOTO, 1995, p.28)

<sup>2</sup> Karl Haushofer inspirou-se na concepção de espaço vital. Sua teoria foi aplicada pelo Terceiro Reich (MIYAMOTO, 1995, p.39)

<sup>3</sup> Alfred Mahan analisou a importância dos mares para o poder mundial. Elaborou, a partir destes estudos, a Teoria do Poder Marítimo, baseado, entre outros, pela posição geográfica. (MIYAMOTO, 1995, p.34)

<sup>4</sup> Halford Mackinder foi um teórico do poder terrestre que lançou a ideia do *Heartland*, “apoiando-se na correlação existente entre os fatores geográficos e históricos”. (MIYAMOTO, 1995, p.31)

<sup>5</sup> Nicholas Spykman lançou a teoria das fímbrias, que, resumidamente, relacionava-se à contenção idealizada pelos EUA no período da Guerra Fria. (MIYAMOTO, 1995, p.38)

<sup>6</sup> Giulio Douhet foi um teórico do poder aéreo, que alertou para, futuramente, da conquista do domínio do espaço aéreo. (MIYAMOTO, 1995, p.37)

<sup>7</sup> Alexander Seversky, outro teórico do poder aéreo, “a força naval devia converter-se em um apêndice da força aérea”. (MIYAMOTO, 1995, p.37)



na Amazônia, pelas deduções que levaram à centralização da capital federal e à construção de um projeto hegemônico sobre a América do Sul (mesmo sem apresentar evidências para tal).

Esta tradição de pensamento, chamada por Freitas (2004) de Escola Geopolítica Brasileira, teve sua formulação concentrada entre os anos de 1930 e meados de 1980. Essa tradição, conforme sintetizada por Rooy e Farias (2020), tem como grandes temas o “temor pela desintegração nacional” e “as reflexões sobre ameaças externas”. A partir da década de 1990, no contexto do avanço do processo de globalização, houve um distanciamento dos conceitos geopolíticos dos centros decisórios (KAPLAN, 2013) e sua utilidade “caiu em desuso” (VISENTINI, 2017, p.13). Este movimento teve como consequência um impacto negativo na utilização deste conhecimento para produzir políticas públicas. Para Cervo (2008, p.80), foi um período de estagnação das “ideias de interesse nacional e de projeto nacional de desenvolvimento”.

A retomada das preocupações geopolíticas brasileiras, como a “importância das fronteiras amazônicas e da linha costeira”, segundo Albuquerque (2010), tem como marco a elaboração da Política Defesa Nacional (PDN), de 1996. Este documento foi o primeiro esforço de uma série de outros que se seguiram e, ocasionalmente, foram sendo atualizados. Entre o final da década de 1980 e início dos anos 2000 foram produzidos diversos trabalhos autônomos de geopolítica (MIYAMOTO, 1995, p.139), com um aumento do interesse do meio acadêmico, especialmente por parte de cientistas políticos, geógrafos e historiadores. Cabe ressaltar que os documentos oficiais se somaram a esta produção teórica existente, agindo como catalisadores dos temas em debate.

O Brasil foi um dos primeiros países a sistematizar um pensamento geopolítico próprio (MIYAMOTO, 1995), a que Freitas (2004) chamou de Escola Geopolítica Brasileira. Entretanto, os eventos pós-Guerra Fria foram caracterizados pela “redução da funcionalidade do Estado, de indutor do desenvolvimento para expectador do mercado” (CERVO, 2008, p.77). Este novo paradigma<sup>8</sup> evidenciado no cenário mundial, de forma indireta, acarretou um arrefecimento da tradição geopolítica brasileira (ALBUQUERQUE, 2010). Teóricos como Ohmae (1999), chegaram a

---

<sup>8</sup> “Paradigma, em ciências humanas e sociais, equivale a uma explanação compreensiva do real” (CERVO, 2008, p.65)

visualizar um sistema internacional de declínio do Estado-Nação e do interesse nacional. A retomada das principais premissas do pensamento geopolítico brasileiro se deu com os documentos de Defesa elaborados a partir de 1996 (ALBUQUERQUE, 2010).

Este trabalho visou à investigação da noção de dissuasão presentes na tradição geopolítica brasileira e nos documentos de Defesa pós-1996. Aron (2002, p.509) sintetizou a noção de dissuasão como o “temor das consequências possíveis, das punições previstas ou da execução de uma ameaça”. Logo, este trabalho tratou da dissuasão sob o ponto de vista militar, pois contemplou a visão presente nos documentos de Defesa e que embasou o uso da força para atingir os principais objetivos elencados.

Dessa forma, a partir do problema apresentado, chegou-se à seguinte pergunta: Como o entendimento de dissuasão presente nos documentos de Defesa elaborados a partir de 1996 se aproxima das principais premissas e conceitos da tradição geopolítica brasileira?

A presente pesquisa teve por objetivo geral estudar as premissas de um pensamento geopolítico desenvolvido no Brasil, que refletiu, e, possivelmente, ainda reflita, na formulação e no desenvolvimento das noções e conceitos para a obtenção da dissuasão.

Para atingir o objetivo geral proposto, faz-se necessária a utilização de alguns objetivos específicos, conforme descrito abaixo:

- 1) Revisar a noção de dissuasão em autores clássicos e contemporâneos selecionados, concluindo, de um lado, sobre os seus fundamentos político-estratégicos e, de outro, sobre suas referências enquanto “estratégia militar”;
- 2) Revisar, à luz da noção de dissuasão, os documentos de Defesa a partir de 1996: Política de Defesa Nacional (1996); Política Nacional de Defesa (2005; 2012; 2016; 2020), Estratégia Nacional de Defesa (2008; 2012; 2016; 2020); Livro Branco da Defesa Nacional (2012; 2020);
- 3) Analisar a relação entre as principais premissas do pensamento geopolítico brasileiro e os conceitos norteadores presentes nos documentos de Defesa.

Assim, partiu-se da premissa de que há uma tradição geopolítica brasileira, construída a partir da década de 1920. Esta tradição geopolítica teria algumas noções e conceitos que perpassaram o tempo, e a diferenciam de outras tradições, como a alemã e a francesa.

Tendo como referência esta tradição do pensamento geopolítico nacional, buscou-se, nessa pesquisa, compreender como a ideia de dissuasão se aproxima da noção presente nos documentos de Defesa após 1996, em suas manifestações práticas ou teóricas, ou seja, a dissuasão como um objetivo político levado a cabo pelos decisores do nível político-estratégico.

A delimitação do estudo no espaço teve como escopo desvendar a produção geopolítica desenvolvida no Brasil. Quanto à delimitação no tempo, a investigação se deu a partir da década de 20 do século XX. Esta época evidenciou a gênese de uma preocupação com as questões nacionais: a realidade brasileira, suas possibilidades, seus problemas e as formas de superá-los. Antes de tudo, porém, como forma de introdução e melhor alcançar os objetivos propostos, foram apresentados alguns autores relevantes, anteriores ao estágio em questão, bem como os antecedentes históricos que precederam ao período de estudo em questão.

Quanto aos documentos de Defesa analisados, a delimitação no tempo se deu a partir de 1996. Esta data marcou a aprovação da Política Nacional de Defesa (PND), primeira iniciativa recente de sistematização de uma política voltada para a área de Defesa. Os documentos são os seguintes: Política de Defesa Nacional (1996); Política Nacional de Defesa (2005; 2012; 2016; 2020), Estratégia Nacional de Defesa (2008; 2012; 2016; 2020); Livro Branco da Defesa Nacional (2012; 2020).

Um dos fins da investigação em Ciências Sociais é “compreender melhor os significados de um acontecimento ou uma conduta” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 1995, p.19). Para tal, é imprescindível seguir, sob a pena de invalidar o resultado, o método científico com rigor. O método da pesquisa foi o dedutivo, que segundo GIL (2008, p.9) é aquele que “parte do geral e, a seguir, desce ao particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a

conclusões de maneira formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica”. Nesse sentido a pesquisa partiu do amplo, da tradição geopolítica brasileira e dos documentos de Defesa pós-1996, para se chegar a uma noção específica de como é entendida e contemplada a ideia de dissuasão.

Foi realizada uma busca em banco de dados da rede mundial de computadores, principalmente a ferramenta *Google Scholar*, ou Google Acadêmico no idioma vernáculo. Este mecanismo virtual foi de grande valia, pois apresentou uma lista com os diversos trabalhos relacionados com o item de pesquisa “dissuasão”. O passo seguinte foi refinar a pesquisa, separando aqueles trabalhos relevantes para o objeto em análise.

Dessa forma, chegou-se aos estudos de Antunes (2007), Nogueira (2008), Daros (2017), Otávio e Feddersen (2018) e Teixeira Junior (2020). Logo, no primeiro capítulo foi realizada uma investigação acerca do pensamento de autores clássicos sobre uma aproximação da noção da dissuasão. Afinal, o presente trabalho não tinha a pretensão de conceituar o termo dissuasão, pois, como será visto, requer um esforço que excedia ao objeto desta dissertação.

Para a compreensão da noção de dissuasão, a pesquisa amparou-se em autores como Raymond Aron<sup>9</sup> e André Beaufre<sup>10</sup>, que Mattos (2011b, p.226) considera como a principal referência no que concerne à estratégia da dissuasão. Os autores, referências no assunto, conforme elencados na revisão bibliográfica foram os seguintes: Raymond Aron, André Beaufre, Bernard Brodie<sup>11</sup>, John Mearsheimer<sup>12</sup> e Colin Gray<sup>13</sup>.

Para Aron (2002, p.509), a dissuasão “não é estritamente defensiva porque, para dissuadir, um Estado pode interferir em zona geograficamente afastada de seu território; não é ofensiva porque procura prevenir, não provocar a ação de outros Estados”.

---

<sup>9</sup> Raymond Aron (1905-1983). Principal obra: “Paz e Guerra entre as nações” (1962)

<sup>10</sup> André Beaufre (1902-1975). Principais obras: “Introduction à la stratégie” (1963) e “Dissuasion et stratégie”. (1964)

<sup>11</sup> Bernard Brodie (1910-1978). Principal obra: “Strategy in the missile age”. (1959)

<sup>12</sup> John Mearsheimer (1947). Principais obras: “Conventional Deterrence” (1983) e “Nuclear Deterrence: Ethics and Strategy”. (1985)

<sup>13</sup> Colin Gray (1943-2020). Principais obras: “Modern Strategy” (1999), “Maintaining Effective Deterrence” (2003) e “The Geopolitics of the Nuclear Era” (1977).

Soma-se ao acima exposto o amparo da noção de dissuasão presentes nos documentos oficiais do Ministério da Defesa do Brasil, como o prescrito no Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2015, p.93), na qual define dissuasão como a

“atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos”.

Como fontes de informações e dados, foi feita a revisão bibliográfica e documental. Bibliográfica na medida em que revisitou os clássicos do pensamento geopolítico brasileiro, cuja lista encontra-se compilada em Tambs (1970), Miyamoto (1995) e Freitas (2004). Assim, este trabalho revisitou a produção geopolítica brasileira, tendo a dissuasão como seu elemento de referência.

A compreensão de geopolítica, em especial da produção desenvolvida no Brasil, encontra-se, essencialmente, estribada nos trabalhos de Lewis Tambs, Octávio Tosta, Shinguenoli Miyamoto, Jorge Manoel da Costa Freitas, Leonel Itaussu Mello e Wanderley Messias da Costa. Tambs possui um trabalho pioneiro de compilação da produção geopolítica sulamericana, na qual os autores brasileiros estão inseridos. Miyamoto e Freitas estudaram as referências bibliográficas e contribuíram para a divisão de fases da tradição geopolítica brasileira, na qual Freitas denominou “Escola Geopolítica Brasileira”. Tosta, Mello e Costa foram importantes intérpretes da geopolítica clássica, legando importantes aportes conceituais, especialmente na periodização do pensamento geopolítico.

De forma a facilitar a compreensão acerca da produção geopolítica nacional, em que pese outras propostas de periodização, este trabalho fará uma revisão baseada na dissuasão e, por isso, dividirá os autores nacionais em três grandes períodos. Para efeitos de comparação, Miyamoto (1995) dividiu a produção nacional em cinco períodos, o que foi corroborado por Freitas (2004).

O primeiro período é caracterizado pelos precursores do pensamento geopolítico nacional. Embora seja uma produção anterior ao advento da geopolítica como estudo científico sistematizado, Miyamoto (1995), Freitas (2004) e Coutinho (2020) identificaram a presença das principais premissas e influências da tradição

geopolítica brasileira. Dentre os principais autores do período, podem ser citados: Gabriel Soares de Sousa (1540-1591), Alexandre de Gusmão (1695-1753), José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) e João Pandiá Calógeras.

O segundo período foi iniciado por volta dos anos de 1920, estendendo-se até por volta do final da década de 1980. É o período de gênese das principais premissas da tradição geopolítica nacional. Os autores de maior impacto no período em tela foram Elysio de Carvalho<sup>14</sup>, Everardo Backheuser<sup>15</sup>, Delgado de Carvalho<sup>16</sup>, Mario Travassos<sup>17</sup>, Paula Cidade<sup>18</sup>, Lysias Rodrigues<sup>19</sup>, Leopoldo Nery da Fonseca<sup>20</sup>, Cassiano Ricardo<sup>21</sup>, Teixeira de Freitas<sup>22</sup>, Canabarro Reichardt<sup>23</sup>, Golbery do Couto e Silva<sup>24</sup>, Adalardo Fialho<sup>25</sup>, Lyra Tavares<sup>26</sup>, João Baptista de Magalhães<sup>27</sup>, Carlos de Meira Mattos<sup>28</sup>, Therezinha de Castro<sup>29</sup> e Paulo Henrique da Rocha Correia<sup>30</sup>.

Por último, um período representado pelo fim da Guerra Fria, no âmbito externo, e da redemocratização, no âmbito interno. Este período foi caracterizado por

---

<sup>14</sup> Elysio de Carvalho (1880-1925). Principais obras: “Brasil potência mundial” e “O factor geographico na política brasileira”.

<sup>15</sup> Everardo Backheuser (1879-1951). Principais obras: “A estrutura política do Brasil”, “Problemas do Brasil – Estrutura geopolítica”, “Geopolítica e Geografia Política” e “Curso de geopolítica geral e do Brasil”

<sup>16</sup> Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884-1980). Principais obras: “Geographia do Brasil”, e “História Diplomática do Brasil”.

<sup>17</sup> Mario Travassos (1891-1973). Principais obras: “Projeção Continental do Brasil” e “Introdução à geografia das comunicações brasileiras”.

<sup>18</sup> Francisco de Paula Cidade (1883-1968). Principal obra: “Notas de geografia militar sul-americana”

<sup>19</sup> Lysias Augusto Rodrigues (1896-1957). Principal obra: “Geopolítica do Brasil”

<sup>20</sup> Leopoldo Nery da Fonseca Junior (1887-?). Principal obra: “Geopolítica”.

<sup>21</sup> Cassiano Ricardo (1895-1974). Principal obra: “Marcha para o oeste”.

<sup>22</sup> Mario Augusto Teixeira de Freitas (1890-1956). Principal obra: “A transferência da capital”.

<sup>23</sup> Herbert Canabarro Reichardt (1889-1979). Principal obra: “A geopolítica e a consciência geográfica da nação”.

<sup>24</sup> Golbery do Couto e Silva (1911-1987). Principais obras: “Planejamento Estratégico”, “Geopolítica do Brasil” e “Conjuntura Política Nacional”.

<sup>25</sup> Adalardo Fialho. Principal obra: “Problemas do Brasil”.

<sup>26</sup> Aurélio Lyra Tavares ( ) Principais obras: “Território nacional, Soberania e Domínio do Estado”, “Segurança Nacional, antagonismos e vulnerabilidades” e “Segurança nacional, Problemas atuais”

<sup>27</sup> João Baptista de Magalhães ( ). Principal obra: “A compreensão da unidade do Brasil”.

<sup>28</sup> Carlos de Meira Mattos (1913-2007). Principais obras: “Projeção mundial do Brasil”, “Brasil geopolítica e destino”, “A geopolítica e as projeções de poder”, “Uma geopolítica pan-amazônica”, “Geopolítica e Trópicos” e “Geopolítica e Modernidade”

<sup>29</sup> Therezinha de Castro (1930-2000). Principais obras: “O Brasil no Mundo Atual”, “Brasil da Amazônia ao Prata”, “José Bonifácio e a Unidade Nacional” e “Nossa América: Geopolítica comparada”.

<sup>30</sup> Paulo Henrique Rocha Correia (1920-?). Principais obras: “O Brasil e as Guianas”, “Rumos do Brasil” e “Noções de Geopolítica do Brasil”.

novos desafios geopolíticos, como o terrorismo, as questões ambientais, migrações, entre outros. Além disso, está enquadrado no âmbito da criação do Ministério da Defesa (MD) e da elaboração dos documentos de Defesa que serão analisados. Destacaram-se, neste período, entre outros, os trabalhos de Bertha Becker<sup>31</sup>, André Martin<sup>32</sup> e Wanderley Messias da Costa<sup>33</sup>.

Dessa forma, a geopolítica será utilizada como referência, espécie de “lente de análise” para o estudo dos documentos de Defesa. O *process tracing* será utilizado como suporte inicial, bem como as contribuições teóricas de Gearóid Ó Tuathail. Este autor, apesar das críticas às teorias geopolíticas tradicionais, tem uma produção teórica que contribui com a análise das relações que envolvem as noções e conceitos geopolíticos, os discursos e os documentos de Defesa.

A parte documental visou ao estudo de documentos de Defesa elaborados a partir de 1996, tais como a Política de Defesa Nacional (1996); Política Nacional de Defesa (2005; 2012; 2016; 2020), Estratégia Nacional de Defesa (2008; 2012; 2016; 2020); Livro Branco da Defesa Nacional (2012, 2020). Foi, em um primeiro momento, identificado como os termos correlatos à dissuasão, como dissuasória e dissuadir, apareciam de forma explícita nos textos. Após isso, procedeu-se à identificação da noção de dissuasão implícita nos documentos.

A fim de compreender as relações entre a noção de dissuasão e as contribuições de pensamento geopolítico brasileiro, utilizou-se como uma referência introdutória, enquanto procedimento inicial de pesquisa, o rastreamento de processos, cuja ênfase se deu na “explicação por meio de busca de mecanismos causais” (BEACH & PEDERSEN, 2019). Assim, com base em Bennet e George (1997), parte-se da ideia de que a relação de causalidade entre o pensamento geopolítico tradicional brasileiro e os documentos de Defesa pós-1996, à luz da noção de dissuasão, pode ter os mecanismos que produzem o resultado rastreados.

A contribuição teórica de Tuathail (1996), foi de grande valia para o presente estudo, na medida em que aproximou a formulação geopolítica dos pensadores da tradição brasileira à elaboração dos documentos oficiais. Para o autor, em sua

---

<sup>31</sup> Bertha Koiffmann Becker (1930-2013). Principal obra: “Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio”.

<sup>32</sup> André Roberto Martin. Principal obra: “Brasil, geopolítica e poder mundial: O anti-golbery”.

<sup>33</sup> Wanderley Messias da Costa (1950). Principal obra: “Geografia política e geopolítica”

geopolítica crítica, há uma diferença na dimensão entre o discurso geopolítico e a cultura geopolítica.

O discurso geopolítico, influenciado pelas estruturas estatais de poder e pela geopolítica tradicional, é composto por três tipos: popular, prático e formal. O popular é aquele advindo da opinião pública e dos meios de comunicação de massa, ou seja, é um discurso de fundo perceptível. O discurso prático é aquele produzido principalmente pelos políticos, estadistas e comandantes militares. Enquanto a geopolítica formal deriva dos pensadores e intelectuais (TUATHAIL, 1996, p. 46).

Há, dessa forma, uma relação entre a produção dos pensadores geopolíticos e a elaboração de políticas públicas. Este referencial foi importante na análise documental realizada no terceiro capítulo, na medida em que auxiliou na identificação dos conteúdos geopolíticos, implícitos ou explícitos, presentes nos documentos de Defesa.

Nesse sentido, a presente pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa, na qual realizou uma análise do contexto em que objeto está inserido, bem como em suas características e principais condicionantes, para elucidar o problema proposto. Para isso, procedeu-se a técnica de análise de conteúdo, tanto explícito quanto implícito, de Laurence Bardin, assim definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. (BARDIN, 2011, p.44)

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo consiste em três etapas: a organização da análise, a codificação e a categorização. Em consequência, foi procedido, de forma qualitativa, a análise da noção de dissuasão presente nos documentos de Defesa a partir de 1996. Convém destacar que a noção de dissuasão analisada nos documentos supracitados contemplou tanto o de conteúdo explícito quanto o implícito.

A presente pesquisa se justificou pela tentativa de contribuir para um entendimento sobre a influência das bases geopolíticas nacionais tradicionais e sua relação com a Política de Defesa. Logo, foi realizada uma investigação da formulação de uma geopolítica brasileira, baseada na realidade e nas possibilidades nacionais, que vem sendo construída ao longo dos anos, respeitando o contexto em que se está inserida. Ademais, esta pesquisa justificou-se por uma tentativa de contribuição



acerca da compreensão da noção de dissuasão presente nos documentos de Defesa do Brasil.

No primeiro capítulo foram abordados os autores clássicos da dissuasão, como forma de compreender o seu entendimento sobre o assunto. Primeiramente, tentando exprimir uma noção desse termo, bem como averiguando seus termos correlatos, como a deterrência.

No segundo capítulo, foi analisada a produção geopolítica nacional, dividida em três grandes períodos: o pré-científico (até meados de 1920), entre 1920 e meados da década de 1980, e o período que se seguiu até a atualidade.

O terceiro capítulo tratou de investigar os documentos de Defesa elaborados a partir de 1996, sob a ótica da dissuasão, de forma a identificar como sua noção esteve presente, de forma explícita ou implícita. Além disso, foi analisada uma possível resignificação do termo, e de seus correlatos, ao longo das atualizações dos documentos.

Por fim, as considerações finais procederam um resumo do abordado nos capítulos precedentes. Ademais, trarão as inferências encontradas ao longo da investigação.

## Cap 1 – A COMPREENSÃO DA DISSUAÇÃO PELOS AUTORES CLÁSSICOS

A noção de dissuasão está presente desde sempre no pensamento estratégico-militar. Conforme Daros (2017), a noção de dissuasão clássica pode ser encontrada desde a China Antiga, nos escritos do estrategista Sun Tzu, passando pelas obras de Maquiavel, durante o Renascimento italiano, na Idade Moderna.

As Forças Armadas brasileiras, atualmente, definem a dissuasão, e trazem a deterrência como sinônimo, como sendo a

“Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos”. (BRASIL, 2015, p.93)

Já Otávio e Feddersen (2018, n.p) no ‘Dicionário de segurança e defesa’ (2018), consideram a dissuasão como “um meio de convencimento quando um elemento busca induzir ou moldar o comportamento de outros como forma de garantir que determinadas escolhas não sejam efetivadas”.

O termo dissuasão, como ele é compreendido no idioma português, se configura em uma polissemia, ou seja, quando um termo possui mais de uma definição. Para exemplificar, a língua inglesa possui mais de um termo que pode ser traduzido para o português como dissuasão, como “dissuasion”, “deterrence”, “compellence”, “inducement”, “preemption”, entre outros. Dessa forma, é um termo muito abrangente e de difícil definição.

Teixeira Junior (2020, p.12), por exemplo, indica que a dissuasão

“consiste em uma interação estratégica imaginada, que opera de forma intersubjetiva na mente e percepção dos contendores. Em seu repertório, essa modalidade estratégica se municia com fatores materiais e psicológicos. Ao mobilizar capacidades e a credibilidade, a dissuasão opera através da comunicação entre os contendores, na qual sinais e ameaças que comportam em si mensagens que ensejam reações após a sua recepção”.

Portanto, este estudo não se atém a buscar a definição de um conceito, mas a compreender a sua noção, ou seja, a forma como foi entendida. Por se tratar de um aspecto mais próximo à realidade, possivelmente, a noção do termo é um parâmetro mais fidedigno na análise da formulação de políticas públicas.

O estudo dos principais pensadores da temática da dissuasão no século XX tem por escopo identificar a noção de dissuasão presente em suas respectivas obras, em detrimento da identificação de um conceito. Ademais, faz-se necessário averiguar se a noção de dissuasão permaneceu a mesma ao longo do século XX ou se foi transformando-se e, até mesmo, adaptando-se ao contexto. Cabe destacar, entretanto, que o estudo da dissuasão ao longo do século XX não se deu de forma muito aprofundada, visto que este não é o principal objetivo da pesquisa. A análise deste tema serve para fundamentar este termo tão amplamente utilizado e tornar inteligível a sua noção.

Entre as principais contribuições teóricas à compreensão da dissuasão, conforme estudo de Nogueira (2008), que versou sobre a forma que a dissuasão operou no século XX, estão Raymond Aron, Bernard Brodie, André Beaufre, Colin S. Gray e John J. Mearsheimer.

Aron (2002, p.509) afirmou que a dissuasão dependia tanto de fatores objetivos, como a posse de meios materiais, quanto a fatores subjetivos, relacionados com o fator moral, a coragem e a coesão da população. Embora, afirmasse que “hoje como ontem, a dissuasão depende dos meios materiais de que dispõe o Estado e da sua resolução, vista pelo Estado que é objeto da dissuasão” (ARON, 2002, p.511).

Logo, a visão de Raymond Aron entende a noção de dissuasão como não necessariamente dependente de fatores objetivos, como a superioridade bélica. Nesse sentido, os fatores subjetivos e de difícil mensuração, como a vontade nacional (embora Aron não tenha utilizado este termo), conjugados com os fatores objetivos, imprimiriam a ideia de dissuasão. É o fator psicológico, para Aron, o principal componente da dissuasão.

É importante destacar que Raymond Aron, intelectual francês, escreveu o seu pensamento influenciado pelo pós-Segunda Guerra Mundial e pela corrida armamentista das duas superpotências que se defrontavam na Guerra Fria: Estados Unidos (EUA) e União Soviética (URSS). Ademais, Aron viu a França perder espaço como potência, logo após a crise de Suez em 1956. É possível afirmar que, para Aron,

a dissuasão era uma estratégia para balancear o poder e, por conseguinte, evitar os conflitos.

A dissuasão, conforme visto anteriormente, sempre esteve associada com a estratégia e a diplomacia. Entretanto, com advento da arma nuclear, o termo dissuasão “adquiriu não apenas uma ênfase especial, mas também uma conotação distinta” (BRODIE, 1959, p.271, tradução nossa). Bernard Brodie, importante autor norte-americano, postulou que a capacidade dissuasória de uma força inferior seria maior na era nuclear do que na fase anterior, e que a efetividade da dissuasão não estava apenas relacionada à capacidade que detém, mas também ao incentivo em usar aquela capacidade (BRODIE, 1959, p.275). Em outros termos, a dissuasão, na era atômica, dependia da disposição em empregar a arma nuclear, mesmo sabendo das possíveis consequências.

Assim, diferentemente das eras anteriores cuja principal estratégia era a busca pela vitória, para Bernard Brodie, a era nuclear evidencia uma busca pela Estratégia da Dissuasão, ou seja, a busca para que a solução militar seja evitada, conforme Nogueira (2008).

Outra grande contribuição acerca do entendimento de uma noção de dissuasão foi dada por André Beaufre, militar francês. Sua formulação estratégica deu-se também no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e, principalmente, observando o aparecimento das armas nucleares que destruíram as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Além disso, viu o aumento da proliferação nuclear e o recrudescimento da corrida armamentista das duas superpotências que se defrontaram na Guerra Fria: Estados Unidos e União Soviética.

O francês definiu a noção de dissuasão como a tendência a

“impedir que uma potência adversária tome a decisão de empregar suas armas ou, em geral, que aja ou reaja frente a uma situação dada, mediante a existência de um conjunto de disposições que constituam uma ameaça suficiente. Para tanto, é um resultado psicológico o que se busca frente a uma ameaça” (BEAUFRE, 1998, p.23).

Fruto da conjuntura em que viveu, realizou trabalhos acerca da Estratégia Atômica. Para Beaufre (1998), havia dois tipos de Estratégia da Dissuasão: a dissuasão nuclear e as dissuasões complementares, além de um possível terceiro tipo, a dissuasão no domínio indireto, na qual, para Beaufre (1998, p.98), “o Ocidente

está à procura de uma forma plenamente eficaz nesse domínio, mas ainda não a encontrou, por motivos que dizem respeito, sobretudo, à má compreensão do problema”.

A dissuasão nuclear está relacionada diretamente com o fator material, muito embora a meta seja proporcionar um efeito psicológico no adversário. Segundo a concepção de Beaufre (1998, p.90), para haver uma dissuasão eficaz “é preciso ter um grande poder de destruição, uma boa precisão e uma boa capacidade de penetração”. É possível inferir que a dissuasão nuclear, nos termos apresentados pelo estrategista francês, possui uma dependência total em possuir os artefatos nucleares, bem como a capacidade de lançamento e destruição do oponente. Dessa forma, a capacidade de destruição total dissuade o inimigo pelo “fator psicológico”. O francês assim sintetizou a lógica da dissuasão nuclear: “no fim de contas, é a incerteza que constitui o fator essencial da dissuasão”. (BEAUFRE, 1998, p.94).

A incerteza, dessa forma, representada pela possibilidade de utilização de artefato nuclear, garantiria o efeito psicológico necessário para caracterizar este tipo de dissuasão. Nota-se, em consequência, que a noção de dissuasão nuclear está diretamente ligada à posse de tecnologia disruptiva, representada pelo emprego da bomba atômica.

A estratégia complementar visa a limitar a “liberdade de ação” de um dos contendores, adotando para isso medidas de cunho material (como os escudos de defesa) ou os de cunho psicológico. Nesse sentido, identifica-se um possível retorno à Estratégia da Dissuasão Clássica, com meios convencionais em lugar dos atômicos. Beaufre (1998) alerta, contudo, que escapam à dissuasão a “estratégia indireta soviética”, calcada em elementos não militares (política e econômica) e em movimentos revolucionários.

Nesse sentido, Beaufre enxerga a possibilidade de compreender a dissuasão dissociando-a da superioridade tecnológica e material e, além disso, excluindo a relação *sine qua non* da dissuasão com a superioridade militar, possibilitando entender a dissuasão, também, em sua forma indireta. Em consequência, aspectos como a ação diplomática, podem estar inseridos na compreensão da dissuasão.

Beaufre ainda diferencia a Estratégia de Guerra da Estratégia da Dissuasão, na medida em que teoriza sobre uma “estratégia que se quer eficaz na resposta, sempre mantendo limitado o conflito”. (BEAUFRE, 1998, p.101). Entretanto, mesmo a mudança da intensidade e do tipo de estratégia, Andre Beaufre continua vinculando a

dissuasão à posse material e tecnológica. Assim, a noção de dissuasão entendida por ele está relacionada a progresso técnico, conforme verificado na equivalência da Estratégia Militar com a Estratégia de Dissuasão (BEAUFRE, 1998, pp. 47 e 48).

Logo, Beaufre analisa as consequências da dissuasão, tanto no âmbito da estratégia direta quanto da indireta. A primeira relaciona-se a um equilíbrio militar, essencialmente nuclear, vinculado aos países que detém maior tecnologia. Já a indireta é

“essencialmente política e econômica, eventualmente violenta, cuja intensidade depende da liberdade de ação que permite o grau de neutralização conseguido pelo equilíbrio militar. Tal estratégia explora ao máximo os fatores de instabilidade, particularmente no Terceiro Mundo” (BEAUFRE, 1998, p.183).

Diante do acima exposto, é lícito inferir que a dissuasão indireta possa ser mais bem explorada por países que não possuem armas nucleares, ou por aqueles que ainda possuem um hiato tecnológico convencional perante outros países. Dessa forma, Beaufre percebeu uma noção de dissuasão que não fosse vinculada essencialmente à detenção de material e tecnologia, particularmente nuclear.

Colin S. Gray, professor britânico, é outro estudioso com relevância na questão da noção de dissuasão. Comum ao seu tempo (o professor também vivenciou o período do fim da Guerra Fria), vinculou a dissuasão à posse de artefatos nucleares. Contudo, elaborou, de certa forma, uma crítica à estratégia de dissuasão nuclear formulada até então.

Colin Gray apresenta uma taxonomia sobre as diferentes formas de dissuasão. Conforme exposto por Antunes (2004), em nomenclatura já traduzida para o português, ao qual classificou a dissuasão nas seguintes categorias: dissuasão defensiva ou punitiva (retaliação), dissuasão geral ou imediata, dissuasão central ou alargada, diplomacia coercitiva, compulsão, e preempção e prevenção. Cabe definir cada uma delas, segundo Gray (2003, pp. 13 a 16), conforme se segue:

1. Dissuasão defensiva ou punitiva (retaliação), relaciona-se com a capacidade de incutir no adversário a ideia de que caso haja uma agressão, haverá uma pronta resposta eficiente, na qual haja uma ameaça de derrota por parte deste adversário.

2. Dissuasão geral ou imediata, relaciona-se a um efeito psicológico, a reputação, decorrente de suas capacidades. Em tempos de paz, coopera com a segurança internacional, ao passo que em tempos de crise “desencoraja um comportamento específico”.
3. Dissuasão central ou alargada, relaciona-se com o aumento da abrangência da dissuasão para os aliados, não ficando restrito ao próprio território.
4. Diplomacia coercitiva relaciona-se com a capacidade de persuadir um adversário a cessar ou abandonar as intenções hostis.
5. Compulsão relaciona-se ao ato de ameaçar o adversário com a finalidade de garantir que o adversário desista de suas intenções hostis.
6. Preempção e prevenção relacionam-se em realizar o ataque a uma ameaça, real ou potencial, antes que o adversário possa realizá-lo.

Gray concorda que a dissuasão, mais especificamente a nuclear, assim como outros tipos de estratégia, “procuram agir sobre a vontade de seus inimigos” (GRAY, 2016, p.356). Entretanto, identificou uma diferença entre a dissuasão e as outras estratégias: aquela é “voluntária” (GRAY, 2016, p.398). Ou seja, na visão de Colin Gray, a dissuasão se torna efetiva apenas quando o dissuadido, voluntariamente, aceita que o dissuasor o dissuada. Em outras palavras, segundo Gray (2016, p.398), “nenhuma excelência em esforços de dissuasão pode garantir um efeito de dissuasão bem-sucedido. O dissuadido tem que concordar em ser dissuadido, não importa o quão relutantemente”.

Nesse sentido, pode-se inferir que, para Colin Gray, o fator psicológico inerente à noção de dissuasão era superior ao fator material, mesmo sabendo que, historicamente, a posse de armamentos e tecnologias superiores contribuíram para o incremento do esforço psicológico sobre o dissuadido.

Essas constatações de Gray o fizeram aproximar-se novamente dos conceitos da geopolítica clássica, observando os movimentos dos poderes convencionais (terrestre, naval e aéreo) da União Soviética na Eurásia, em plena era nuclear (NOGUEIRA, 2008). Assim, para Nogueira (2008):

“Ao resgatar a obra de Spykman, Colin Gray buscava dois objetivos: introduzir o leitor nos princípios da geopolítica e adequá-los à competição político militar

no contexto da Guerra Fria. A sua tese demonstrou que, apesar da revolução tecnológica da arma nuclear, os conceitos geopolíticos permaneciam atuais e o poder terrestre soviético apoiado por força naval e força aérea específicas vinham conseguindo negar aos EUA o acesso à Eurásia: em essência, a defesa do *Homeland* norte-americano dependia de dois fatores: a defesa europeia e as questões de controle de armas”.

Este retorno dos elementos da geopolítica clássica deu-se em virtude da demonização destes conhecimentos durante o seu emprego por parte de Adolf Hitler e pelos nazistas, tendo sido os estudos de Haushofer a sua fundamentação, tornando a geopolítica uma “ideologia ao mesmo tempo fantasiosa e ensandecida”, conforme Kaplan (2013, p.87). Nesse ínterim, entretanto, é possível traçar um paralelo entre a noção de dissuasão e o conhecimento geopolítico, especialmente estribado na teoria do *Rimland*, de Nicholas J. Spykman.

Nesse contexto, a importância dos estudos de Colin Gray foi de aliar, explicitamente, de forma complementar e realista, a estratégia da dissuasão, com premência da dissuasão nuclear, e a geopolítica clássica (GRAY, 1977).

Mearsheimer (1983) contribuiu para o retorno do estudo da dissuasão convencional, na medida em que a analisou da perspectiva histórica. Seu trabalho reflete sobre a Europa do final dos anos de 1930 e as causas da França e da Inglaterra, mesmo após a declaração formal de guerra, não terem realizado nenhuma ação hostil contra Alemanha, ao passo que esta última decidiu por invadir a França. Logo, segundo Mearsheimer (1983, p.23, tradução nossa), o cerne da questão da dissuasão está relacionado com o “medo das consequências por parte do atacante”.

Da mesma forma, pondera sobre os riscos envolvidos no cálculo da ação militar. Para o autor, a diferença entre a guerra atual (lembrando que Mearsheimer escreve durante a Guerra Fria) e os combates da I Guerra Mundial é de que o poder de destruição da primeira supera em muito o da segunda. Dessa forma, o risco envolvido é muito maior, induzindo os adversários a aumentarem a cautela.

Ainda analisando a dissuasão da perspectiva histórica, Mearsheimer compara as ações de Israel e de seus contendores árabes, nos conflitos de 1956 (Guerra de Suez), 1967 (Guerra dos Seis Dias) e 1973 (Guerra do Yom Kippur). Dessa forma,



traça um paralelo de possíveis erros e acertos na condução da dissuasão. Além disso, aponta que não apenas as variáveis militares estavam presentes, mas, principalmente, as de ordem diplomática (MEARSHEIMER, 1983, p.164).

Dessa forma, analisando a dissuasão convencional ao longo do século XX, sob uma perspectiva histórica, John J. Mearsheimer, projeta os possíveis cenários para uma confrontação entre as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e das tropas do Pacto de Varsóvia. Assim, visualiza tanto a necessidade de obtenção de tecnologias, como as munições guiadas de precisão, quanto aspectos como população e Produto Interno Bruto (PIB). (MEARSHEIMER, 1983, p.188)

Em suma, os autores clássicos da dissuasão vincularam, em graus diferentes, a posse de meios materiais com a noção de dissuasão. Em um primeiro momento pode-se achar determinante essa relação, especialmente com o advento dos artefatos nucleares, durante a Segunda Guerra Mundial. O fim da Guerra Fria e a ascensão dos Estados Unidos como única superpotência de um mundo unipolar, entretanto, iniciaram uma nova fase nos estudos sobre a noção de dissuasão.

Dessa forma, cabe a análise dos estudos de Friede (2010), Antunes (2007) e Teixeira Junior (2020) para fazer um contraponto, e evidenciar uma possível ressignificação da noção de dissuasão.

Friede (2010) sugeriu o conceito de Guerra Assimétrica Reversa, que consiste na constatação de que a totalidade dos conflitos bélicos, “pelo menos em algum momento, existe a efetiva limitação (ou, em termos mais precisos, autolimitação) do emprego da evidente superioridade militar (e, particularmente, tecnológica) no Campo de Batalha” (FRIEDE, 2010). Segundo o autor, em que pese as teorias, a posse de superioridade tecnológica e bélica, na realidade, não trouxe a vantagem aludida, pelo caráter autolimitante dos conflitos da atualidade, especialmente após a comoção causada na Segunda Guerra Mundial. Soma-se a isso a exploração dos meios de comunicação, cada vez mais modernos, nos aspectos psicológicos das populações, conforme verificado, por exemplo, na Guerra do Vietnã.

Como demonstrado anteriormente, a noção de dissuasão vincula-se, direta ou indiretamente, a uma percepção de ameaça. O início do século XXI, junto com as aceleradas mudanças advindas do reordenamento global e pelas novas inserções da globalização, fez surgir novas ameaças. Conforme Antunes (2007),

“o ambiente estratégico definido pelo fim do confronto bipolar sofreu uma forte evolução devido a dois

acontecimentos importantes, o 11 de Setembro de 2001 e a crise em torno da intervenção militar no Iraque, num contexto marcado pela emergência das ameaças assimétricas e pela procura de novas formas de acção estratégica para lhes fazer face”.

A partir da década de 1990, e principalmente a partir do século XXI, houve o surgimento de novas ameaças, como o terrorismo islâmico (VISENTINI, 2017, p.39), caracterizadas por serem difusas, em relação às ameaças anteriores, identificadas com nações rivais e concorrentes. Woloszyn (2013), elencou como ameaças à segurança, no século XXI, as organizações criminosas (particularmente as transnacionais), as milícias regionais, o espaço digital (e por conseguinte, cibernético), o terrorismo, o narcotráfico, o tráfico de armas e de pessoas, a disseminação de armas químicas e biológicas, entre outros. Dessa forma, é possível que a noção de dissuasão, no contexto pós-Guerra Fria, esteja sofrendo um processo de resignificação do estabelecido nos estudos clássicos de meados do século XX.

Em síntese, este capítulo evidenciou como os principais teóricos de potências ocidentais, na vanguarda da indústria bélica, compreenderam a noção de dissuasão ao longo do século XX. Por outro lado, também foi demonstrado que esta noção de dissuasão vem sofrendo mudanças, sobretudo após a década de 1990, conforme houve a identificação de ameaças de difícil caracterização, entre elas o terrorismo, as ameaças cibernéticas e a ascensão de grupos insurgentes, sobretudo vindos de Estados Falidos.

Por fim, o próximo capítulo irá realizar um estudo sobre como a percepção sobre ameaça moldou uma noção de dissuasão particular, e possivelmente genuína, por parte da tradição dos formuladores da Escola Geopolítica Brasileira.

## Cap 2 - A NOÇÃO DE DISSUAÇÃO PRESENTE NO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

Nesse Capítulo serão apresentadas as principais premissas da tradição geopolítica brasileira, à luz da noção de dissuasão, baseadas nas obras dos principais formuladores geopolíticos brasileiros, conforme bibliografia indicada nos estudos de Tambs (1970), Miyamoto (1995) e Freitas (2004).

Os autores supracitados possuem trabalhos seminais no que tange à compilação da produção geopolítica brasileira. Tambs (1970) elencou as principais publicações geopolíticas sul-americanas até o final da década de 1960. Miyamoto (1995), reuniu esta produção e procedeu uma periodização em cinco fases distintas. Já Freitas (2004), baseado na divisão realizada por Miyamoto (1995), analisou as principais premissas da tradição brasileira, a que ele denominou “Escola Geopolítica Brasileira”.

### 2.1 OS PRECURSORES DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO

No Brasil, como visto anteriormente, a ideia das bases de uma geopolítica está presente ainda com os portugueses e sua visão estratégica acerca das possibilidades que o território brasileiro possuía. A expansão para além dos limites impostos por Tordesilhas, bem como a habilidade na negociação de tratados, exemplificam a visão geopolítica dos predecessores de nossa história. Destacam-se, nesse sentido, a construção de fortes em lugares estratégicos, as expedições dos bandeirantes e, principalmente, a percepção de Alexandre de Gusmão e o princípio romano de *uti possidetis*, por ocasião do Tratado de Madri (1750).

O Barão do Rio Branco<sup>34</sup> foi outro personagem de destaque que legou uma vasta contribuição à tradição geopolítica brasileira. Conforme Goes Filho (2000, p.256), delineou o território brasileiro, de forma diplomática, nas questões de Palmas, Amapá, Pirara, do Acre, e de questões fronteiriças com o Equador, a Colômbia e o Peru. Backheuser (1945) e Mattos (2011a) foram dois autores brasileiros que destacaram o caráter geopolítico de sua obra. Segundo afirmou Backheuser (1945, p.24), “além de

---

<sup>34</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912) foi um diplomata brasileiro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil, entre 1902 e 1912.

político de largos horizontes, Rio Branco, particularmente e efetivamente, foi um geopolítico”.

Contudo, não se pode vincular estas ações a um pensamento geopolítico sistemático, tal qual ele é entendido atualmente. Há um consenso em identificar a década de 1920 como a gênese da geopolítica no país, pelo menos em como ela é entendida atualmente (MIYAMOTO, 1995, p.44). Entretanto, Mattos (2011c, p.178) identificou três antecessores da tradição geopolítica brasileira: Gabriel Soares de Sousa (1540-1591), Alexandre de Gusmão (1695-1753) e José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). Já para Coutinho (2020), além de José Bonifácio, o pensamento geopolítico brasileiro tem como base (“Período Pré-Teórico”) os trabalhos de Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) e João Pandiá Calógeras (1870-1934).

José Bonifácio, o Patriarca, deixou importante contribuição ao pensamento geopolítico brasileiro, garantindo, inclusive, a unidade nacional e integridade territorial (CASTRO, 1984). Para Coutinho (2020, p.14), o Patriarca tinha como ideias centrais de seu pensamento a Coesão Territorial e a Identidade Nacional. Os elementos relativos à Coesão Territorial se dariam “pela mudança da capital para o interior, fortalecimento do poder político central em relação às províncias e a rápida formação de nossas Forças Armadas”, ao passo que a Identidade Nacional se fundamentava por meio da inclusão de negros e indígenas à sociedade brasileira, especialmente por meio da educação. (COUTINHO, 2020, p.14).

Portanto, Bonifácio formulou um modelo de Brasil baseado nos grandes problemas brasileiros de seu tempo, segundo a sua interpretação da realidade brasileira (CASTRO, 1984). Pode-se afirmar que a questão da ocupação do interior, intimamente relacionada ao desenvolvimento e à segurança, tem sido um tema recorrente na tradição geopolítica brasileira que, segundo Coutinho (2020, p.14), é iniciado por Bonifácio ao estabelecer uma “ruptura em relação ao pensamento estratégico marítimo da Monarquia Portuguesa”. Assim como a integração da população brasileira, mediante a criação das condições de exploração de uma cultura genuinamente brasileira. Tudo isso fomentado e dirigido a partir das ações coordenadas e deliberadas por um Estado nacional forte, ou seja, centralizado na figura do imperador.

Com uma visão à frente de seu tempo, Bonifácio abordou temas como a mudança da capital brasileira, o fim da escravidão e a escola pública (COUTINHO,

2020, p.13). Ademais, desenvolveu uma obra com temas diversificados, incluindo a importância da proteção ambiental e sua relação do desenvolvimento com o uso sustentável da terra (PÁDUA, 2000), muito embora este tema só tenha ganhado relevância a partir da segunda metade do século XX.

Peixoto (2016, p.59) afirma que José Bonifácio formulou um modelo de panamericanismo, de forma concorrente com o proposto por Simon Bolívar (Congresso do Panamá) e pelo presidente norte-americano James Monroe, a Doutrina Monroe<sup>35</sup>. O americanismo de Bonifácio foi desenvolvido em duas fases: a primeira para garantir a independência dos países latino-americanos (ameaçados pelas nações europeias após o Congresso de Viena, em 1815) e a segunda contra o “sistema de vinculações europeias estabelecido pelos tratados desiguais” (CERVO e BUENO, 2011, p.46). Portanto, o americanismo brasileiro visou a dissuadir a ameaça, identificada com as potências europeias da época, de forma a consolidar e manter a soberania brasileira. Para ele, esta soberania só conseguiria ser garantida por meio de um esforço mútuo entre os demais países americanos.

Cabe contextualizar o período em que Bonifácio está inserido. O continente americano era influenciado pelas revoluções liberais na Europa e pelas consequências do período napoleônico (BELCHIOR & DEL PRIORE, 2022). A América Espanhola havia sido fragmentada em diversos países comandados por caudilhos (chefes regionais). Havia uma percepção de ameaça de recolonização das colônias americanas devido, sobretudo, aos eventos do Congresso de Viena e da criação da Santa Aliança, ambos em 1815 (ROSSI, 2009).

Dessa forma, o ordenamento do sistema americano, para José Bonifácio, intencionava aliar a segurança e o desenvolvimento da América como um todo, sendo caracterizado por um

“sentimento de unidade continental e pela consciência de compartilhar com o sistema americano de instituições liberais. O ideário explica o desejo de aproximação com a América, tanto para garantir a defesa comum do continente quanto para promover os interesses comuns, particularmente o comércio e

---

<sup>35</sup> O bolivarianismo foi o tipo de panamericanismo que intencionava criar uma unidade política supranacional que “unificasse a conduta externa e garantisse o entendimento das nações americanas”. Já o monroísmo foi o panamericanismo baseado nos Estados Unidos e que colocava a América sobre proteção norte-americana contra possíveis ingerências europeias. (CERVO, BUENO, 2011, p.47)

as boas relações. Tornam-se, pois, inteligíveis a busca de aliança com o Prata em 1822, com os Estados Unidos em 1824, e a tarifa igualizadora de 1828". (CERVO e BUENO, 2011, p.46)

Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, pode ser considerado um continuador das ideias de José Bonifácio, particularmente nas temáticas de Coesão Territorial e Identidade Nacional (COUTINHO, 2020). Este autor, como Bonifácio, propôs a interiorização da capital brasileira. Entretanto, sua justificativa diferia na medida em que era sustentada pela dinamização da economia brasileira, na qual criaria as condições para o lançamento de ferrovias, novas culturas agrícolas, incremento da atividade comercial e, em última instância, um incipiente processo de industrialização (VARNHAGEN, 1877, p. 4). Nesse sentido, Varnhagen teorizou que a capital centralizada "ajudaria na segurança e no desenvolvimento" (SÁ, 2019). Além disso, a obra do Visconde de Porto Seguro apresenta traços de uma preocupação com o desenvolvimento nacional, como no trecho a seguir:

"É triste que produzindo o Brasil café, açúcar, tabaco, arroz, cacau, sem mencionar outros artigos, por nenhum deles dê grande ideia do progresso de sua indústria. Quase todas as nações marítimas têm algum produto por que mais se distinguem no comércio; nós pela superioridade de nenhum nos recomendamos, e naturalmente em razão, não da ruindade do solo, sim do atraso dos processos" (VARNHAGEN, 2016, p. 180).

João Pandiá Calógeras foi um eminente político e homem de Estado no Brasil. Coutinho (2020) indica as quatro contribuições de sua obra para a tradição geopolítica brasileira: a coesão territorial e a identidade nacional, também exploradas por José Bonifácio e Varnhagen; adicionando a estes elementos uma interpretação brasileira da Doutrina Monroe e o trinômio Integração-Desenvolvimento-Segurança. Quanto ao trinômio, Calógeras elaborou um projeto de desenvolvimento para o país, expresso por meio do decreto 3.316, de 16 de agosto de 1917 (BRASIL, 2017), que, na visão de Coutinho (2020) tinha por intenção o:

"incentivo à exploração mineral e à siderurgia; construção de ferrovias; desenvolvimento da frota de navegação nacional; construção de portos;

aperfeiçoamento e expansão dos arsenais militares para fabricação de material de emprego militar; desenvolvimento dos serviços de comunicações militar e naval (telegráficos, de transmissão rádio e de telefonia); criação de uma rede estratégica de transportes para rápido desdobramento de forças militares no território nacional; reequipamento e aumento do efetivo das Forças Armadas; aperfeiçoamento da conscrição para o serviço militar; previsão de vultosos recursos orçamentários para implementação de todas as medidas listadas, dentre outras medidas.”

A temática do posicionamento brasileiro no sistema americano foi outra contribuição de Calógeras. Conforme Coutinho (2020), buscou-se interpretar a Doutrina Monroe sob uma ótica brasileira, de forma a fortalecer a “harmonia entre os países latino-americanos”. Em seu livro “Estudos Históricos e Políticos (1936)”, um compilado de textos publicados em jornais, dimensiona a posição do Brasil em relação ao continente sulamericano, aos Estados Unidos e às nações europeias. Cabe destacar que a visão do autor (CALÓGERAS, 1936, p.226), quanto aos Estados Unidos, era de “manter a nossa velha regra, a mais íntima colaboração entre os dous governos; a doutrina de Monroe, parte integrante da política exterior brasileira”. Já em relação à América do Sul, aquela deveria contemplar

“relações cada vez mais estreitas com as nações confrontantes; dissipar desconfianças; em todas, auxiliar o desenvolvimento, a ascensão gradual a níveis mais altos; compreender que o progresso de cada qual é vantajoso a todas e agir de conformidade com essa norma, envidando esforços por acelerar a evolução; repellar toda idéa de tutela ou de hegemonia, instituindo uma política de verdadeira confraternização; guardar neutralidade nas contendas locais; aplainar desinteligencias. Em toda parte, em summa, levar a palavra de paz, em condições de se fazer ouvida e acatada.; mostrar que o perigo, caso viesse a existir, não podia ser sinão externo a todas, commum portanto, e não de um paiz americano a outro.” (CALÓGERAS, 1936, p.226)

Percebe-se que Calógeras formula um sistema americano que não se opõe à soberania dos Estados, pois está pautada na cooperação. Assim, aproxima-se do modelo de pan-americanismo formulado por José Bonifácio. Pode-se, desta forma, inferir que o posicionamento de Calógeras, assim como Bonifácio, está estribado na cooperação como uma forma de dissuasão das ameaças comuns aos países do continente, de forma realista, compreendendo o papel dos Estados Unidos, já ascendendo à condição de potência global, neste contexto.

Dessa forma, segundo Coutinho (2020, p.20), o Período Pré-teórico legou “as sementes de uma Escola Geopolítica Brasileira”, formulando importantes noções e premissas ligadas à tradição geopolítica nacional. Para exemplificar a influência direta destes autores sobre a tradição geopolítica brasileira, verifica-se que Therezinha de Castro dedicou um livro explorando a obra de José Bonifácio (CASTRO, 1984) e Pandiá Calógeras prefaciou a primeira edição da obra fundante desta Escola – “Projeção Continental do Brasil” (TRAVASSOS, 1947).

Do acima exposto, pode-se identificar grandes temas norteadores da política e da estratégia, presentes nos autores que precederam a gênese da tradição geopolítica brasileira. Entre os principais, pode-se afirmar, conforme Coutinho (2020, p.20), que a Coesão Territorial, a Identidade Nacional e o trinômio Integração, Segurança e Desenvolvimento, são ideias centrais e fundantes da tradição geopolítica brasileira.

De forma sintética, Coutinho (2020, p.20) aponta as ideias centrais do pensamento geopolítico de José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Adolpho Varnhagen e João Pandiá Calógeras. São elas a coesão territorial, a identidade nacional, a interpretação brasileira da Doutrina Monroe e o trinômio Integração-Segurança-Desenvolvimento. Este é o contexto do pensamento brasileiro que foi herdado pelos pioneiros da tradição geopolítica nacional.

De forma sintética, este período legou a relação da dissuasão com os aspectos de desenvolvimento econômico e modernização, como forma de preservar a autonomia do país. Além disso, houve a percepção de um Brasil vulnerável, na medida em que inexistia coesão e identidade nacionais. Esses eixos foram recepcionados como ponto de partida pelos autores que iniciaram a produção geopolítica nacional, como Elyseo de Carvalho, Everardo Backheuser e Mario Travassos (FREITAS, 2004, p.12).

## 2.2 A PRODUÇÃO GEOPOLÍTICA ENTRE 1920 E MEADOS DA DÉCADA DE 1980



O primeiro autor nacional a tratar a geopolítica como “elemento propulsor e determinante dos destinos do país” foi Elyseo de Carvalho. (MIYAMOTO, 1995, p.48) O cerne da obra de Elyseo, também grafado como Elysio de Carvalho, influenciado por Alberto Torres, tem como principais temas o nacionalismo, a questão da organização nacional e integração regional (LEMOS, 2010, p. 85). Este era o diagnóstico dos grandes problemas do Brasil identificados após a 1ª Guerra Mundial.

Carvalho compartilhava a visão de um Brasil desorganizado e desintegrado, formado por um povo sem coesão e sem identidade como nação. Diante desta constatação, via o Estado, centralizado e autoritário, como o elemento aglutinador dos esforços e promotor do desenvolvimento. Assim, segundo o pensamento de Elyseo de Carvalho, “as potencialidades do Brasil estão diretamente ligadas à integração do continente, ao sentimento de unidade nacional e à exploração consciente dos nossos recursos naturais fundamentado nas idéias da sócio-geografia” (LEMOS, 2010, p.143).

A modernização teorizada por Elyseo, portanto, reuniria, de forma concomitante, os aspectos sociais e econômicos, em torno de um projeto desenvolvimentista (não apenas econômico, mas principalmente estratégico) pautado pela industrialização, pela exploração dos recursos minerais, construção de usinas hidrelétricas e a produção siderúrgica (LEMOS, 2010, p. 39).

Nesse sentido, Elyseo de Carvalho vincula a noção de dissuasão com o incremento do desenvolvimento nacional, especialmente por meio do “aumento da capacidade produtiva e a conversão em valores econômicos da variedade de nossas riquezas em potência” (CARVALHO, 1997, p.222). O autor, remetendo ao observado na I Guerra Mundial, vinculou o progresso econômico e industrial de uma nação à sua verdadeira independência e possibilidade de vir a ser uma potência (CARVALHO, 1997, p.186).

A leitura dessa geração era a de um Brasil sem capacidade dissuasória, pois faltava a capacidade material (economia e tecnologia) e a vontade nacional (coesão e identidade). Elysio de Carvalho, neste último tema, labuta por uma expansão rumo ao interior do país, citando os feitos de Rondon e a obra de Euclides da Cunha como seus marcos. Para o autor, só assim “seremos na realidade um povo” (CARVALHO, 1997, p.196). Estas mesmas questões encontram-se presentes na obra de Everardo Backheuser.

O professor Everardo Backheuser, como grande parte da intelectualidade de sua época, também foi influenciado por Alberto Torres (MIYAMOTO, 1995, p. 51), sobretudo nas questões inerentes à unidade e à organização nacional. Tosta (1958) o reconhece como o primeiro brasileiro a pensar a geopolítica de forma sistemática, sendo, portanto, um pioneiro no país.

Backheuser, em suma, identificou em sua obra geopolítica dois problemas no Brasil, um de ordem interna e outro, externo. Internamente, verificou que o Brasil era um país sem coesão nacional, onde o regionalismo era uma ameaça à unidade nacional. Esta desagregação intensificou-se com a passagem do Império para a República, com o fortalecimento das oligarquias estaduais, possuidoras, inclusive, de forças militares estaduais. Além disso, a formação histórica desigual da divisão política brasileira (desde as Capitânicas Hereditárias), a grande extensão do território brasileiro, a falta de centralização política (federalismo) e a posição da capital federal contribuíam para a falta de coesão nacional (FIGURA 02).

Uma das propostas para superar este estado foi a redivisão territorial do Brasil (FIGURA 01), em unidades “equipotentes” (com área e representação política equivalentes), como forma de anular os regionalismos e fomentar a “vitalidade” de todo o território brasileiro, ou seja, povoar e dinamizar os espaços ainda não efetivamente ocupados. Outros pensadores contemporâneos também propuseram uma redivisão territorial, entre eles Segadas Viana e Teixeira de Freitas (MIYAMOTO, 1995, p.193).

Além disso, era importante uma capital federal situada em uma posição mais central, diversificação produtiva, distribuição da imigração de forma não concentrada (de forma a evitar secessionismos), viação irradiada, centralização das forças militares e, especialmente, uma centralização administrativa tendo o Estado forte como indutor dessas medidas modernizantes.

O problema de ordem externa era, em última instância, consequência da falta de unidade nacional. Backheuser, ao analisar as fronteiras do Brasil, constatou que havia uma grande desvantagem em relação à Argentina na fronteira dos estados da Região Sul (em seus aspectos “antropogeográficos”) e uma ameaça de alguma potência não sulamericana “ambiciosa e capaz de não respeitar os direitos de países mais fracos”, na região das Guianas (BACKHEUSER, 1952, p.252). Nesse sentido, era mister que houvesse uma vivificação da região das fronteiras brasileiras, como forma de dissuasão de “qualquer espécie de agressão”.

Dessa forma, a noção de dissuasão, para Backheuser, estava estribada, sobretudo, no fomento de uma população unida e coesa, distribuída ao longo do território nacional, especialmente nas fronteiras, por meio de uma ação deliberada do Estado, de forma a direcionar os esforços modernizantes do país. É, em outras palavras, o trinômio Integração, Desenvolvimento e Segurança, tão recorrente na tradição geopolítica brasileira. Cabe destacar que Backheuser já incorpora a preocupação com as fronteiras e a necessidade de vivificá-las, ou seja, desenvolvê-las, de forma a dissuadir os países limítrofes.

Figura 01 – Proposta de divisão territorial do Brasil

Fonte: (Backheuser, 1933, p. 174)

Pode-se notar que o grande tema da geopolítica nacional era identificado com a questão da unidade nacional. Entretanto, pode-se notar que houve preocupações com a “projeção externa do poder nacional”, segundo Costa (2010, p.195). Essa temática, vai estar presente, sobretudo, com os geopolíticos militares, como Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade, especialmente após a Revolução de 1930 e os novos rumos políticos do país. A defesa do Brasil, logo a dissuasão, passava pela questão da integração nacional (FARIAS & DE ROOY, 2020), desde os primórdios da tradição geopolítica brasileira.

Figura 02 – Forças que atuam pró e contra a Unidade Nacional

Fonte: (Backheuser, 1933, p.193)

Pode-se notar que o grande tema da geopolítica nacional era identificado com a questão da unidade nacional. Entretanto, pode-se notar que houve

preocupações com a “projeção externa do poder nacional”, segundo Costa (2010, p.195). Essa temática, vai estar presente, sobretudo, com os geopolíticos militares, como Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade, especialmente após a Revolução de 1930 e os novos rumos políticos do país. A defesa do Brasil, logo a dissuasão, passava pela questão da integração nacional (FARIAS & DE ROOY, 2020), desde os primórdios da tradição geopolítica brasileira.

Francisco de Paula Cidade, outro militar brasileiro, escreveu um importante livro de geografia militar, o “Notas de Geografia Militar Sul-americana” (CIDADE, 1940). Neste trabalho, faz uma análise de todos os países sulamericanos, em seus campos geográficos, históricos, econômicos e, principalmente, militares. Analisou a geopolítica sulamericana e concluiu sobre aspectos táticos, de forma a dissuadir as potenciais ameaças ao território brasileiro.

Segundo Ribeiro (2015), Cidade “ressalta a importância da geografia para entender as narrativas militares e os movimentos condicionados pelo espaço e qual operação resulta no melhor uso das condições do terreno”. Cidade (1940, p.317) identificou que as guerras na década de 1930 se davam por motivos econômicos e pela busca por matérias-primas pelos países industrializados, tendo o Brasil uma das maiores reservas minerais do mundo. Dessa forma, o autor diagnosticou que o Brasil sofria ameaças não apenas dos países sulamericanas, mas também de potências extrarregionais.

Como forma de dissuasão dessas ameaças, propôs a necessidade do estudo individualizado das “regiões geográfico-militares”, entendidas como “a parte do território em que o exercício pessoal do comando não é embaraçado pelos elementos geográficos” (CIDADE, 1940, p.318). Assim, os cenários mereceriam maior atenção, pela complexidade do vasto espaço territorial brasileiro, do que o teatro de operações propriamente dito (RIBEIRO, 2015). Paula Cidade ainda preocupou-se com a questão das fronteiras, categorizando, para fins de diferenciação, em três: a amazônica, a platina e a marítima.

Em suma, tanto Paula Cidade quanto Travassos preocuparam-se com as questões das fronteiras, especialmente da dissuasão, pois viam o Brasil como um país vulnerável. O primeiro visualizou uma resposta militar, aproveitando-se das possibilidades do terreno. O segundo, como será visto adiante, centrou em uma projeção impulsionada, essencialmente, pela infraestrutura dos transportes.

Mário Travassos é autor de *Projeção Continental do Brasil*, publicado em 1931 (sob a denominação de “Aspectos geográficos sul-americanos”), livro considerado a obra fundante da tradição geopolítica brasileira (MIYAMOTO, 1995, p.58). Neste trabalho, buscou analisar a influência da geografia na balança de poder sulamericano, especialmente na influência exercida pela Argentina.

Ao analisar a geografia da América do Sul, Travassos (1947, p.43), identificou dois antagonismos naturais: um englobando todo continente (Atlântico x Pacífico), e outro englobando apenas a parte atlântica (Bacia Amazônica x Bacia do Prata). (FIGURA 03)

O primeiro antagonismo existente na América do Sul opunha o oceano Atlântico ao oceano Pacífico, logo uma vertente ocidental e uma oriental. A cadeia montanhosa dos Andes é o acidente capital que divide os dois antagonismos. Travassos concluiu que a vertente atlântica possuía vantagens, como a existência de imensos rios navegáveis em direção ao interior e a presença da maior atividade comercial marítima (à época, o Atlântico era a principal rota marítima mundial), em detrimento da vertente pacífica, estribada na inexistência de grandes rios, terreno íngreme desde os Andes, litoral sem baías e golfos e um comércio marítimo pouco dinâmico. (TRAVASSOS, 1947, pp. 44 e 46).

Figura 03 Linhas que condicionam os antagonismos continentais

Fonte: (Travassos, 1947, p.45)

O segundo antagonismo opunha a bacia do Amazonas à bacia do rio da Prata, ou seja, uma oposição norte-sul. Neste caso, a vertente norte tinha uma vantagem, devido à posição junto à linha do Equador e sua foz próxima à Europa e ao trecho mais dinâmico do comércio mundial, enquanto a vertente sul desaguava bem abaixo do Trópico de Capricórnio, em região periférica distante da principal rota mercantil marítima. Travassos ainda identifica o planalto boliviano como o divisor deste antagonismo. (TRAVASSOS, 1947, pp.46 a 48)

Dessa forma, identificou um “triângulo boliviano”, formado pelas cidades de Santa Cruz de la Sierra, Sucre e Cochabamba, como sendo o *heartland* geopolítico sulamericano. Apesar de Travassos não ter utilizado este termo, há uma influência da Teoria do Poder Terrestre, de Halford Mackinder, conforme Miyamoto (1995, p.61).

Com esta leitura, identificou que a Argentina buscava anular a desvantagem platina em relação à bacia amazônica por meio de um eficiente sistema de comunicações ferroviárias, que a levariam a ter influência decisiva sobre o planalto boliviano e sobre a vertente do Pacífico. (FIGURA 04)

Figura 04 – Rede Ferroviária Argentina

Fonte: (Travassos, 1947, p.54)

Logo, para o Brasil reagir a esta projeção continental argentina deveria desenvolver o seu próprio sistema de comunicações viárias, canalizando todo o potencial do triângulo boliviano e da vertente do Pacífico. Esta atração se daria, sobretudo, pela ferrovia Madeira-Mamoré (TRAVASSOS, 1947, p.64), inaugurada em 1912, em “conjugação férreo-fluvial” (TRAVASSOS, 1947, p.48). (FIGURA 05)

Figura 05 – Esquema das possibilidades de reação das comunicações da bacia amazônica sobre a política ferroviária platina

Fonte: (Travassos, 1938, p.63)

Além disso, havia a previsão de uma política viária direcionada ao litoral Atlântico, por Mato Grosso (em conexão à rede paulista e ao porto de Santos), de forma a neutralizar a política viária platina. (FIGURA 06)

Figura 06 – Esquema das ações neutralizantes do litoral atlântico sobre a bacia do Prata

Fonte: (Travassos, 1947, p.137)

Além da ameaça da atração de Buenos Aires, Travassos identificou outra ameaça, materializada pelo Canal do Panamá. Esta obra, inaugurada em 1915, trouxe a “influência ianque” ao Mar das Antilhas, o “mediterrâneo americano”. Para

Travassos (1947, p.113), ficou evidente a “possibilidade do potencial ianque exceder o recipiente antilhano e canalizar-se por onde for mais fácil e necessário escoarem-se os seus interesses econômicos”, com destaque para uma possível demanda por borracha e petróleo, fruto do desenvolvimento do avião e do automóvel como meios de transporte modernos. Nesse sentido, o avanço dos Estados Unidos poderia se dar pelo vale dos rios Orinoco e Madalena, no Atlântico (era improvável se dar pelas Guianas), e, com maior facilidade de atingir o planalto boliviano, pela costa do Pacífico.

O trabalho de Travassos indica, portanto, a integração do centro-oeste brasileiro, às regiões mais dinâmicas do Brasil (região sudeste), de forma a atrair a Bolívia. Tudo isso, como forma de dissuadir a Argentina.

Cabe destacar que, além de Francisco de Paula Cidade e Mario Travassos, houve ainda uma produção importante de Leopoldo Nery da Fonseca. Enquadrado também no período Vargas, escreveu a sua principal obra (FONSECA JUNIOR, 1940) já no contexto da Segunda Guerra Mundial. O pensamento do Coronel Leopoldo Nery da Fonseca Junior, com forte influência positivista (embora com inúmeras críticas), divide os países em “satisfeitos” e “não satisfeitos”. Em termos geopolíticos, o Brasil faz parte dos países “satisfeitos”, pois possui as três condições fundamentais para se tornar uma potência: espaço, posição e matéria-prima (FONSECA JUNIOR, 1940, p.82).

O Brasil, para Fonseca Junior (1940, p.39), por ser um país satisfeito, deveria ter uma atitude política defensiva, onde deveria ser priorizada a “necessidade de tornar produtivas as [...] fontes de riqueza”. Ainda, constatou o país como inteiramente desarmado, incapaz de garantir uma defesa eficiente. (FONSECA JUNIOR, 1940, p.82).

Identificou, à época, a Alemanha nazista e a Itália fascista, como as principais nações “não satisfeitas”. Inclusive, enxergou uma possível vitória do bloco nazifascista na segunda guerra mundial como uma ameaça à América do Sul. Esta hipótese poderia levar ao expansionismo da Espanha (vista pelo autor como aliada dos países do Eixo), sob o governo do general Franco, a uma possível “reconquista da América” (FONSECA JUNIOR, 1940, p.174). Dessa forma, para o autor, a Geopolítica brasileira (de caráter defensivo) deveria estar assentada na capacidade de garantir a “independência dos países que cobrem os nossos [do Brasil] flancos, se porventura vierem a ser atacados por potência estranha” (FONSECA JUNIOR, 1940, p.188).

Assim, formulou um conceito defensivo baseado na indissolubilidade da unidade nacional, na ocupação dos espaços vazios, no desenvolvimentismo econômico e no permanente esforço de guerra (fruto do observado a partir do caráter total dos conflitos, evidenciado a partir da primeira guerra mundial). Ademais, a proteção da integridade do território nacional, de acordo com o caráter defensivo da geopolítica brasileira, deve ser calcada em um eficaz sistema de mobilização, formação de reservistas, controle estatal e da Economia de Guerra antecipada em tempos de paz. Dessa forma, a dissuasão era caracterizada por um esforço de guerra ainda em tempo de paz.

Nesse sentido, a noção de dissuasão está assentada em uma verdadeira economia de guerra, sendo a paz nada mais que uma constante preparação para guerra. Este pensamento aproxima-se muito da formulação política de seu contemporâneo, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Este último, de grande influência no pensamento político e militar nacional, interpretou os problemas brasileiros através da história, na qual era conduzida pela “preocupação com a unidade territorial, a qual apenas se mostrou possível pela paulatina construção e manutenção da unidade política” (SUANO, 1999, p.47). É a guerra, e mais especificamente a preparação para esta, o fio condutor dos destinos de uma nação. Logo, a política do Exército é

“a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo” (MONTEIRO, s/d, p.163)

A obra de Leopoldo Nery da Fonseca reproduziu boa parte do pensamento dominante no período Vargas, o qual era caracterizado por “mostrar que o país necessitava de alterações radicais para superar os problemas que o afligiam e poder atingir a categoria de grande potência”. (MIYAMOTO, 1995, p.72) Ademais, sua



produção geopolítica traçou diversos elogios ao regime autoritário do Estado Novo, o que

“contribuiu para que aumentassem as desconfianças em relação ao estudo da geopolítica no país. E deu margem a que os seus críticos identificassem apenas um elemento útil para propagar no país a doutrina de expansão do *Lebensraum* e do regime ditatorial”. (MIYAMOTO, 1995, p.73)

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, é possível identificar novas formulações geopolíticas, baseadas na nova realidade das ameaças mundiais. Nesse contexto, imediatamente após o término do conflito, é importante analisar a obra de Lysias Rodrigues, Adalardo Fialho e as origens do pensamento da Escola Superior de Guerra (ESG).

Lysias Rodrigues, militar e um dos pioneiros da aviação, possui importante obra geopolítica. É possível notar uma presença, de forma implícita, da análise de Mario Travassos sobre os antagonismos sulamericanos. Por outro lado, cita explicitamente Oliveira Vianna (RODRIGUES, 1947, p.55) e a necessidade de articulação do território brasileiro, especialmente por meio das ferrovias.

O livro “Geopolítica do Brasil” data do ano de 1947, portanto, logo após os eventos da Segunda Guerra Mundial e do período Vargas. Era perceptível, na visão de Lysias Rodrigues, que o Brasil havia enfrentado quinze anos de progresso e de unidade política, de forma a despontar como o país mais desenvolvido da América Latina. Nesse contexto, remetendo aos antagonismos geográficos presentes no âmbito continental, identificou três possíveis ameaças no que tange às regiões fronteiriças, da qual remeteu à Pandiá Calógeras a denominação de *Punctum Dolens*, a saber: Iguazu, Bolívia e Letícia. A dissuasão dessas ameaças se daria pela vivificação das fronteiras, pela integração ao território nacional (por vias terrestres, fluviais e, de forma pioneira, aéreas) e pela cooperação entre os países envolvidos, deixando de lado, embora não de forma latente, a competição.

Aponta dois problemas geopolíticos nacionais a serem superados: a ineficiência da divisão territorial e a necessidade da mudança da capital federal para um local mais centralizado no território nacional. De certa forma, ambos os problemas eram complementares (visavam à superação da questão das fronteiras), em sua

constatação do vazio do interior do país e da enorme distância entre as fronteiras e a sede do governo federal (RODRIGUES, 1947, p.100).

Lysias ainda aborda a relação do Brasil com o continente sulamericano. O autor constatou uma posição de liderança brasileira perante os demais países, sintetizada por ser “o de maior área territorial, [...] maior população, de maior capacidade potencial e o de maior projeção internacional política” (RODRIGUES, 1947, p.120). Esse status de liderança brasileira, para o geopolítico, traria um sentido benéfico para os outros países continentais e fomentaria as condições para a criação de um “subnúcleo geopolítico na América do Sul” capaz de cooperar com o “núcleo geopolítico do Atlântico”. Assim, formula a seguinte diretriz geopolítica brasileira para o continente: “o Brasil precisa criar na América do Sul um núcleo geopolítico poderoso, homogêneo, sob sua chefia política” (RODRIGUES, 1947, p.120).

Em relação às diretivas geopolíticas brasileiras no âmbito internacional, Rodrigues (1947, p.138) elenca o estreitamento das relações com os Estados Unidos (remetendo ao americanismo de José de Bonifácio), o estímulo à política da boa vizinhança (por meio da cooperação sulamericana) e apoio ao núcleo geopolítico do Atlântico.

Junto com Lysias Rodrigues, Adalardo Fialho foi outro militar que contribuiu para a produção geopolítica nacional. Seu livro, “Problemas do Brasil” (FIALHO, 1952), baseado em uma série de artigos publicados na revista “A Defesa Nacional”, elencou uma série de óbices para o desenvolvimento nacional. Influenciado por Mackinder e Spykman, Fialho realizou um estudo sobre o posicionamento brasileiro no novo ordenamento mundial pós-segunda guerra mundial. Constatou a grande importância do litoral nordeste brasileiro (Natal, Fernando de Noronha e Recife) para a defesa brasileira, na medida em que “é a esquina de onde se poderá barrar, em termos de guerra aeronaval moderna, movimentos provindos do Prata, da Norte-América e da Europa” (FIALHO, 1952, p.76). Propôs, como forma de dissuasão das ameaças, o incremento das bases aeronavais do nordeste.

Fialho ainda enxergou positivamente o panamericanismo tornado prática segundo diversos tratados, como a Conferência do Panamá (1939), a Conferência do Rio (1947) e o Pacto de Bogotá (1948), que culminou com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). A cooperação continental, para o autor, poderia contribuir tanto para a dissuasão de ameaças comuns, quanto para o desenvolvimento dos países membros (FIALHO, 1952, p.128).

É possível notar que Lysias Rodrigues e Adalardo Fialho já haviam incorporado os elementos de defesa hemisférica frente ao “perigo comunista”, característico do período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, materializado pela dissuasão ao expansionismo da União Soviética. De certa forma, introduzindo a temática da projeção extra-continental do Brasil.

Nesse contexto, surgiu a Escola Superior de Guerra (ESG). Sobre esta instituição, Freitas (2004, p.14) afirmou que seus ensaios, “de caráter essencialmente doutrinário, refletiam o clima de Guerra Fria próprio do sistema internacional vigente” O pensamento geopolítico brasileiro da década de 1950 foi dominado pelo pensamento desenvolvido na ESG, cujo principal representante foi Golbery do Couto e Silva. (MIYAMOTO, 1995, p.96) Este último, ainda conforme Miyamoto (1995, p.98), sintetizou as principais diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). É possível identificar que a Doutrina de Segurança Nacional possuía traços da Lei de Segurança Nacional, editada durante o governo do presidente Getúlio Vargas, em 1935 (FERNANDES, 2009, p.845), logo após as revoltas ocorridas sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

A Doutrina de Segurança Nacional teve raízes no pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna (MACEDO, 1979). Além disso, pode-se dizer que a Doutrina já estava sendo gestada desde Pedro Aurélio de Góis Monteiro<sup>36</sup>. Para Macedo (1984), o pensamento de Góis Monteiro foi “simplesmente retomado e reelaborado em função de uma nova conjuntura”, cerca de vinte anos depois.

A conjuntura do período foi caracterizada pelo reordenamento mundial impulsionado pelas mudanças advindas do fim da Segunda Guerra Mundial e pelo início da Guerra Fria, contencioso que opôs dois modelos: o liberal norteamericano e o socialista da União Soviética. Além disso, como importante acontecimento do período, houve o estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Era perceptível a mudança da forma dos conflitos desde a Primeira Guerra Mundial. Conforme Carvalho (2009, p.71), a guerra

“atinge [...] diretamente a população civil e envolve toda a Nação, tendo mais recentemente a Guerra Fria e a guerra revolucionária demonstrado que agora a agressão nem sequer terá necessariamente uma

---

<sup>36</sup> Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956). General do Exército Brasileiro. Foi líder militar da Revolução de 1930. Durante a Era Vargas foi Chefe do Estado-Maior do Exército e Ministro da Guerra.

origem no exterior. Assim, sepultou-se o antigo conceito de defesa, substituindo-o por um mais amplo, o de segurança nacional”

Estas mudanças na arte da guerra e o contexto da Guerra Fria moldaram a análise doutrinária desenvolvida na ESG. Apesar de iniciada com militares que participaram dos movimentos tenentistas, como Oswaldo Cordeiro de Farias<sup>37</sup> e Juarez Távora<sup>38</sup>, é com a produção de Golbery do Couto e Silva que ganhou projeção e influência.

O cerne do pensamento de Golbery, assim como da ESG, era de que no conceito de Segurança Nacional estaria implícito os aspectos econômicos, psicossociais, políticos e militares (MUNDIM, 2007). Dessa forma, o Poder Nacional, fruto do observado nas guerras totais da primeira metade do século XX, permeava todas as expressões da vida de um país. Assim, define a Segurança Nacional como,

“na sua mais ampla e ativa acepção, permeado aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra como de paz. (SILVA, 1981, p.23)

Golbery percebeu o aumento da assimetria entre as nações, de forma que “os países fortes tornam-se cada vez mais fortes e os fracos, dia a dia, mais fracos” (SILVA, 1981, p.22). Nesse contexto, é pensada a Política de Segurança Nacional, com o intuito de formular uma Estratégia Total para fazer frente à ameaça de uma Guerra Total. Além disso, Golbery constata a formação de duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, de forma que o isolacionismo, especialmente de um país subdesenvolvido, consistia em um “perigo”, que “estaria fadado ao insucesso” (SILVA, 1981, p.23). O desenvolvimento, dessa forma, estaria inexoravelmente inter-relacionado à segurança (CARVALHO, 2009).

Desse modo, compreendia a Geopolítica tal qual Everardo Backheuser: “política feita em decorrência das condições geográficas” (SILVA, 1981, p.64). Golbery, partindo dessa premissa, orienta seu pensamento no sentido de que a

---

<sup>37</sup> Oswaldo Cordeiro de Farias (1901-1981).

<sup>38</sup> Juarez do Nascimento Fernandes Távora (1898-1975)

“interpretação de uma realidade geográfica e política e, principalmente, como projeção de interesses e aspirações nacionais, só valerá [...] a Geopolítica que se afirmar como essencialmente brasileira” (SILVA, 1981, p.65). Para isto, valeu-se da análise histórica e geográfica do Brasil, bem como da análise da conjuntura mundial, para traçar as linhas tradicionais da geopolítica brasileira, a que denominou de Objetivos Nacionais Permanentes.

Dentre os Objetivos Nacionais Permanentes elecados por Golbery, no total de nove, é possível encontrar de forma implícita a noção de dissuasão. Esta noção se faz presente na preocupação com as questões internas que interferem na soberania nacional (como o desenvolvimento econômico), na cooperação regional, na manutenção do *status quo* territorial e no incremento da projeção nacional no contexto internacional (SILVA, 1981, pp.74 4 75).

Havia, entretanto, alguns óbices para a consecução destes Objetivos Nacionais Permanentes a serem superados. Tal qual Backheuser, separou os de cunho interno e os de cunho externo. Quanto aos primeiros, abordou uma premissa fundamental do pensamento geopolítico brasileiro, a integração nacional. Para o autor (SILVA, 1981, p.91), existia à época cinco zonas geopolíticas. Um núcleo central ecumênico, representado pelos estados do sudeste, acrescida a capital no planalto central, possuidor de grande população e de maior articulação das vias de comunicação no Brasil. Três áreas peninsulares – nordeste, meridional e centro-oeste – áreas ecumênicas importantes, porém desarticuladas do núcleo central. E, ainda, uma região de “ilha amazônica”, tendo Manaus como centro e eixo de articulação formado pela calha do rio Amazonas em ligação com seu estuário. Entre essas zonas ecumênicas geopolíticas havia grandes regiões anecúmenas.

Para anular este óbice, Golbery traça uma estratégia de ocupação e interligação das zonas geopolíticas, baseada em três fases distintas. A primeira fase consistia em interligar, de forma articulada, as penínsulas nordeste e meridional ao núcleo central. A segunda fase deveria se dar no sentido de integrar a península centro-oeste ao centro expandido (núcleo central, pensínsula nordeste e península meridional). Por último, deveria-se povoar as regiões fronteiriças da ilha amazônica, partindo-se do centro-oeste de forma coordenada com o sentido leste-oeste a partir da foz do Rio Amazonas. (FIGURA 07)

## Figura 07 – Zonas geopolíticas brasileiras

Fonte: Silva, 1981, p.90

Ademais, o pensamento de Golbery, bem como da Escola Superior de Guerra, acreditava que os problemas geopolíticos internos brasileiros poderiam ser superados, desde que houvesse uma elite capaz de promover estas ações. Assim, em tempos de paz, “mais do que a preparação para a guerra, a tarefa prioritária seria a de formar elites para a solução dos problemas do País” (CARVALHO, 2009, p.71).

Para Freitas (2004, p.48), a integração do território brasileiro “permitirá uma efetiva afirmação do Brasil no subsistema sul-americano, ora impondo um respeito integral do *staus quo* territorial, ora criando condições materiais e políticas para a assunção [...] de um papel privilegiado no diálogo com os Estados Unidos”. Em suma, o pensamento golberyano conjugava, no âmbito interno, a geopolítica de integração e valorização espaciais com a geopolítica de expansionismo para o interior. (SILVA, 1981, p.137)

No âmbito externo, a formulação geopolítica da década de 1950 era influenciada pela política interna, iniciada por Juscelino Kubitschek e influenciada pelo nacionalismo desenvolvido pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Além disso, os estudos da Escola Superior de Guerra estavam assentados na ideia de que o Brasil deveria participar da segurança do Ocidente (especialmente contra a ameaça do comunismo e do bloco encabeçado pela União Soviética). Ademais, para possibilitar a defesa do Ocidente, o Brasil, e os demais países latino-americanos, deveria proceder com o desenvolvimento interno (CARVALHO, 2009, p. 37).

A geopolítica golberyana, no que concerne ao âmbito externo, é subdividida no campo continental e no campo mundial. As seguintes características foram elencadas por Silva (1981, pp. 137 e 138), abrangendo os dois campos supracitados: projeção pacífica para o exterior, contenção ao longo das linhas fronteiriças, participação na defesa da Civilização Ocidental (da qual entende como enquadrando também o Brasil), colaboração continental, colaboração com o mundo subdesenvolvido de aquém e de além-mar e uma “geopolítica de segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos grandes centros externos de poder”.

Uma ameaça, para o autor, seria o comunismo vindo do oriente, em contraposição às democracias que caracterizavam o Ocidente. Esta ameaça poderia

se dar de forma militar ou, muito mais perigosa, a subversiva (CARVALHO, 2009, p.101). Quanto à primeira ameaça, Golbery formula a existência de dois ciclos hemisféricos. O interior, cujo raio mede cerca de 10.000 (dez mil) quilômetros, e o exterior, com raio medindo cerca de 15.000 (quinze mil) quilômetros. (FIGURA 08)

O hemicíclo interior abrangia, além da América do Sul, a América do Norte, a África, a Antártida e a parte meridional do oceano Atlântico. Este hemicíclo, segundo Silva (1981, p.80), não consistiria em uma ameaça ao *status quo* da América do Sul, visto que era caracterizado por uma “ausência de potencial de agressão” e “excesso desproporcionado de poder”, especialmente levando-se em conta a defesa comum do continente. Cabe destacar, que o Brasil aderiu em 1945, segundo Carvalho (2009, p.21) ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)<sup>39</sup>. Assim, para Freitas (2004, p.51), o hemicíclo interior representava a “fronteira de segurança da América do Sul”.

Figura 08 – A América do Sul e os hemicíclos interior e exterior

Fonte: Silva, 1981, p.81

O hemicíclo exterior, por outro lado, abrangia grande parte da Eurásia e da Oceania. As massas ali situadas, segundo Silva (1981, p.82), tinham condições de se projetar para a África e para a Antártida, desde que houvesse o despertar das potências ali instaladas. Era, pois, deste hemicíclo, que residia as ameaças potenciais à segurança da América do Sul. Enfim, para a manutenção dos objetivos brasileiros, e para a segurança continental, era necessária preservar o caráter “amigo” das massas compreendidas no hemicíclo interior, de forma a “desenvolver e criar riquezas e realizar plenamente os seus destinos” (SILVA, 1981, p.84).

Entretanto, as defesas naturais sul-americanas seriam anuladas se não houvesse “medidas preventivo-repressivas” (FREITAS, 2004, p.51), identificadas com o movimento comunista internacional, por meio de movimentos subversivos apoiados por países como a União Soviética e a China. Entre essas medidas, o pensamento

---

<sup>39</sup> O TIAR foi assinado pelas repúblicas americanas durante a Conferência do Rio (1947) e previa uma defesa conjunta se algum país americano sofresse alguma agressão externa.

golberyano contempla ações para a periferia, ao estabelecer uma Geopolítica mais ampla, que

“não se limita à consideração de agressões e de antagonismos existentes ou previsíveis. Ao lado de uma Geopolítica para a luta, para a defesa ou para o ataque, subsiste [...] uma Geopolítica da paz, voltada para os valores muito mais altos e generosos da solidariedade internacional, da comunhão voluntária dos povos, do progresso incessante da civilização e da cultura”. (SILVA, 1981, p. 94).

Especificando a contribuição brasileira para a América Latina, em geral, e da América do Sul, em particular, Silva (1981, p.94) escreveu que o Brasil, para contribuir com a segurança continental, deveria

“estreitar os laços de cooperação internacional, participando, ativa e generosamente, da solução dos graves problemas com que se defrontam os povos das diversas áreas geopolíticas internacionais de que participamos (o Brasil), em todas, com amplas parcelas do nosso território e significativo contingente humano”.

Golbery e seu projeto de Segurança Nacional, de forma sintética, exprimiu a dissuasão em sete campos geopolíticos: a integração e valorização espaciais, expansão para o interior aliada à projeção pacífica ao exterior, contenção ao longo das linhas fronteiriças, participação na defesa da Civilização Ocidental, cooperação continental, cooperação com o mundo subdesenvolvido e uma geoestratégia nacional em relação ao ordenamento mundial (SILVA, 1981, pp. 137-138).

Miyamoto (1995, p.117) indicou que o período posterior à elaboração geopolítica de Golbery, em meados dos anos 70, foi monopolizado pela produção de Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro. Devido ao rápido crescimento econômico evidenciado no período, estes autores preocuparam-se também com a projeção mundial ou extrarregional do Brasil.

É no contexto de possibilidade de ascensão do Brasil como uma potência mundial que está situado o pensamento de Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro, os dois principais formuladores do período posterior à consolidação do regime militar. O governo militar havia trazido progresso e efetuado um desenvolvimento brasileiro que, segundo Mattos (2011a, p.82), conseguiu realizar a arrancada “da



siderurgia, da exploração e da indústria petrolífera, da interiorização da capital, do aumento do potencial hidrelétrico, da industrialização intensiva [...]”.

No contexto americano, estudou a dificuldade de se articular o pan-americanismo, como forma de dissuasão. Apesar de algumas iniciativas, como a Doutrina Monroe no contexto da consolidação das independências ibero-americanas e do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) por ocasião da Guerra Fria, estas sempre foram aplicadas pela potência continental, os Estados Unidos. Dessa forma, a autora considera um acerto o paradigma das Relações Internacionais brasileiras do “Pragmatismo responsável”<sup>40</sup>, pelo seu caráter realista, e vê positiva as iniciativas nacionais do MERCOSUL e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Logo, Castro (1992, p.304), resumiu a complexidade geopolítica da América como sendo “um pan-americanismo pleno de contrastes e confrontos”.

No campo interno, Therezinha de Castro visualizou o Brasil dividido em três diferentes níveis de desenvolvimento: a “ilha” desenvolvida do sudeste e sul, a “ilha” em desenvolvimento representada pelo Nordeste, e a “ilha” subdesenvolvida caracterizada pelo norte e pelo centro-oeste. Assim, constata um predomínio geopolítico nacional voltado para o oceano Atlântico. (FREITAS, 2004, p. 91)

Quanto ao subsistema amazônico, Castro (1983) reconhece os esforços de desenvolvimento e integração desencadeados pelo governo brasileiro, ao mesmo tempo que indica o desafio de proceder de forma a preservar o meio ambiente, ou seja, proceder o desenvolvimento sustentável, especialmente quanto à questão da expansão da pecuária e da mineração. Nesse sentido, elogia o Tratado de Cooperação Amazônica, ratificado no ano de 1980, pois

“favorece a unificação do continente sul-americano em si, visto que os sistemas que integram têm na Amazônia um traço de união, abrindo espaço para integração efetiva com a região Guianense e os Andes”. (CASTRO, 1983, p.43)

Logo, para Therezinha de Castro, a bacia Amazônica seria um fator de integração entre os diversos países da região, possibilitando a formação de um

---

<sup>40</sup> O Pragmatismo Responsável foi o nome que ficou conhecida a orientação da política externa brasileira durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979)

conjunto envolvendo o Caribe, os Andes, o Pacífico, e terminando na atração exercida rumo ao oceano Atlântico.

O desenvolvimento e a integração seriam essenciais para anular as novas ameaças, representadas pela tese da soberania relativa e identificadas com a questão ambiental e a presença de Organizações Não-Governamentais (FREITAS, 2004, p.97). Castro (1995) reconhece o interesse das nações ocidentais industrializadas como uma ameaça, cuja dissuasão se daria com as ações sintetizadas pelo *slogan* “integrar para não entregar” (FREITAS, 2004, p.98).

Dessa forma, Belém, na foz do Amazonas, possui uma posição estratégica chave. Cabe ressaltar os esforços para desenvolver e integrar a região, como o Projeto Grande Carajás, a Zona Franca de Manaus, a Hidrelétrica de Tucuruí e as rodovias Transamazônica e Belém-Brasília. Para Castro (1983, p.49),

“o grande desafio geopolítico da Amazônia reside no congregar, numa comunhão a mais perfeita possível, o determinismo marcante da natureza com o possibilismo cientificamente dosado da técnica”.

A geógrafa brasileira ainda possui um importante trabalho sobre a posição brasileira no Atlântico Sul. Para a autora, constatando o caráter de maritimidade do Brasil, a “continentalidade de Mackinder deve ser temperada com a maritimidade de Mahan” (CASTRO, 1982, p.62). Dessa forma, em comparação com o Ártico, antevê a importância econômica e estratégica do continente antártico. Para Castro (1976, p.119) a defesa sulamericana é, do ponto de vista geoestratégico, “sobretudo de índole marítima e não mais um problema continental; é essencialmente o domínio do mar no Atlântico”.

Castro detectou a importância da região compreendida entre o Saliente Nordestino<sup>41</sup> e a Antártida, como uma espécie de “defesa avançada” (nos dizeres do Almirante Irineu Roxo Freitas) do território brasileiro. O controle do Atlântico Sul, tanto para Therezinha de Castro quanto para Meira Mattos, além do elemento da dissuasão, seria o “Destino Manifesto<sup>42</sup>” do Brasil, por onde o país teria as possibilidades de se projetar para o exterior. Para Castro (1982, p.63):

---

<sup>41</sup> O Saliente Nordestino se refere à porção do território brasileiro, situado na região Nordeste, mais próximo do continente africano. Também é conhecido por Promontório Nordestino.

<sup>42</sup> O termo Destino Manifesto se refere à crença das 13 colônias britânicas da América do Norte em um direito de expansão, ao longo do século XIX.

“O Brasil é um país do Atlântico Sul; e o Atlântico Sul não é mais aquele mar quase que estagnado, dominado pelas esquadras da Inglaterra e dos Estados Unidos. Hoje, o mar que nos banha se encontra também minado pela Rússia. Portanto dentro das coordenadas do mundo em que vivemos, em se tratando da integração que nos leva para a continentalidade, tornando-nos mais acessíveis aos nossos amigos, temos que precisar os nossos parâmetros dentro da maritimidade, pois é aí que vamos ficando cada vez mais vulneráveis aos nossos inimigos”

O pensamento de Meira Mattos revisa Mario Travassos e, diferentemente deste último que formula uma projeção brasileira no continente, pensa as bases para uma projeção nacional extracontinental. Fiel à tradição brasileira, entende a geopolítica como “a política aplicada aos espaços geográficos” (MATTOS, 2011c, p. 355). Nesse sentido, realoca o triângulo boliviano de Travassos e o situa no Atlântico Sul, do saliente nordestino<sup>43</sup> à Antártida, passando pelo litoral atlântico da África (FREITAS, 2004). Para Mattos (2011a, p.44), a segurança do Atlântico estaria relacionada diretamente com a própria segurança continental.

Mattos (2011a) escreve, em seu livro “Projeção Mundial do Brasil”, aspectos sobre a renovação das elites nacionais, o pan-americanismo e a aproximação do continente africano, particularmente por meio da comunidade luso-brasileira.

Quanto às elites nacionais, Meira Mattos é influenciado pelas ideias de Toynbee<sup>44</sup> (MATTOS, 2011a, p.54), especialmente na formulação da ideia da “civilização dos trópicos”<sup>45</sup>. Para o autor, o progresso do Brasil dependia diretamente das ações criativas das elites dirigentes em atrair as massas em torno de um projeto, tal como previsto na teoria do “desafio-resposta” toynbeeano (MATTOS, 2011c, p.411).

Outra questão essencial do pensamento de Meira Mattos é o pan-americanismo. Destaca-se que a sua formulação geopolítica se encontra

---

<sup>43</sup> Saliente nordestino é a zona de estrangulamento do oceano Atlântico situado entre Natal e Dakar, no Senegal.

<sup>44</sup> Arnold J Toynbee (1889-1975). Historiador britânico. Principal obra: *A Study of History* (1934-1961)

<sup>45</sup> A Civilização dos Trópicos remete aos estudos sobre as civilizações de Arnold Toynbee e sua teoria do Desafio-Resposta.

contextualizada na Guerra Fria, ou seja, na confrontação entre o capitalismo ocidental contra o comunismo soviético. A ameaça subversiva do bloco comunista justificou a construção de um sistema de segurança comum das Américas. Nesse sentido, Meira Mattos compreendeu de forma positiva a iniciativa da Operação Pan-Americana<sup>46</sup> (MATTOS, 2011a, p.72). Entretanto, afirma que esta adesão ao bloco ocidental não pode ser um limitador da soberania nacional, como por exemplo, a tentativa de obstrução do programa nuclear brasileiro (MATTOS, 2011c, p. 371).

Assim, quanto à vinculação com o pretense Ocidente, postula duas tarefas fundamentais: a participação na defesa continental (no esforço democrático contra o comunismo) e a segurança do Atlântico Sul, eixo que interliga as Américas ao bloco eurasiático (MATTOS, 2011a, p. 159). Dessa forma, elenca as zonas de interesse no Atlântico Sul como sendo o eixo Belém-Recife-Dacar prolongado até o trópico de Câncer, abarcando o Caribe, o canal do Panamá, as Antilhas, o estreito de Gibraltar, o sul da África, o estreito de Magalhães e a Antártida (MATTOS, 2011c, p.239).

Um aspecto essencial do pensamento de Meira Mattos está assentado na projeção brasileira sobre o continente africano, especialmente por intermédio da comunidade luso-brasileira. Mattos (2011a, p.74) previu a importância da formação de comunidades no reordenamento mundial. Entretanto, constatou que para tal, seria necessária a ação das elites dirigentes no sentido de tornar factível este agrupamento de nações com características em comum. Entretanto, apesar dessa projeção pacífica, conforme indicou Costa (2012, p.208), Meira Mattos projetou, de forma complementar, “a modernização das Forças Armadas e a constituição de um potencial militar de dissuasão”.

A Amazônia é outro tema visitado por Meira Mattos. Para o autor (MATTOS, 2011b, p.166), era necessário intensificar a ocupação dos espaços e realizar um desenvolvimento da Amazônia de forma conjunta com os outros países da região. Para tal, identifica três frentes de ocupação: a atlântica (realizada pela calha do rio Amazonas), a do planalto central (intensificada com a criação de Brasília) e uma andina. Esta última se configura em uma possibilidade de esforço desenvolvimentista, dos países sulamericanos, que beneficiaria o Brasil. Logo, o Tratado de Cooperação

---

<sup>46</sup> A Operação Pan-Americana foi uma iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek de desenvolvimento social e econômico da América Latina, tendo como pano de fundo a dissuasão da ameaça do movimento comunista internacional.

Amazônica surgiu como uma ação positiva para o enfrentamento das ameaças comuns à América do Sul.

Esta iniciativa visava ao desenvolvimento estratégico da região, por meio dos fatores econômicos e sociais, preservando o meio ambiente e os povos tradicionais. Em suma, o conceito geopolítico predominante será o de

“uma estratégia continentalista apoiada pela maritimidade que margeia a área. O núcleo continental pan-amazônico deverá criar condições de vitalidade interior e melhorar seus respiradouros no Atlântico e no Pacífico. [...] Em termos de política sul-americana, será a integração do continente, pois a Pan-Amazônia sairá da situação vazia inerte e passará a desempenhar, também, o papel de área de trânsito entre as costas do Atlântico e do Pacífico”.  
(MATTOS, 2011b, pp. 170-171)

Meira Mattos, ainda, aborda uma temática de novos desafios e ameaças, na sua visualização de um Brasil potência, de forma introdutória, sem um maior aprofundamento. Podem ser citados os seguintes assuntos presentes nas obras do autor: a dissuasão nuclear, o desenvolvimento da eletrônica e a concepção de um sistema defensivo espacial baseado na emissão de energia dirigida. Estes temas vieram na esteira do final do Regime Militar, no plano interno, e do fim da Guerra Fria, no contexto externo.

### 2.3 A PRODUÇÃO GEOPOLÍTICA DO PERÍODO PÓS-GUERRA FRIA

O período da redemocratização foi caracterizado por um maior esforço de cooperação regional. Podem ser citados a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico (de iniciativa brasileira) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O período viu, sobretudo, uma maior aproximação do Brasil com a Argentina (especialmente entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, respectivamente), fomentando a integração da conflituosa região platina. Este evento foi importante na medida em que liberou as preocupações do Prata e as realocaram para a questão da Amazônia.

Neste período, ainda, o Brasil se desfez de suas pretensões da dissuasão nuclear, que ansiava desde os anos de 1960 (MIYAMOTO, 1995, p.137), pela assinatura dos Tratados de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) durante o

governo de Fernando Henrique Cardoso. O paradigma neoliberal que inundou a América Latina a partir dos anos 90, trouxe uma nova concepção das funções do Estado, bem como novas ameaças, muito mais difusas.

Bertha Koifmann Becker analisa a Amazônia dentro deste novo ordenamento mundial. Para a autora, a Amazônia era percebida em duas esferas diferentes. Para o plano interno, prevalecia as questões de soberania do Brasil, a utilização de recursos e a expansão econômica e populacional. Já no plano internacional, a Amazônia era vista como um “espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta” (BECKER, 2009, p.21).

Dessa forma, a região amazônica, com o processo de globalização, passou a figurar como um espaço de valor estratégico, pela sua biodiversidade e seus recursos. Assim, Bertha Becker visualiza um uso sustentável da Amazônia, como forma de arrefecer as pressões internacionais. Para Becker (1982, p.65), a Amazônia, “por seu valor estratégico e pelo alto valor de seus recursos naturais, [...] é capaz de atrair inovações e efeitos difusores do desenvolvimento [...] tornando-se verdadeiro campo de atração de forças externas”. Dessa forma, a autora já projeta uma verdadeira cobiça internacional pela região.

A dissuasão para a autora consistia em empreender uma série de políticas públicas, entendidas como “conjunto de interesses compartilhados pela sociedade nacional em suas interações com o mundo, baseados em valores fundamentais historicamente construídos e condicionamentos geoeconômicos e geopolíticos”, como forma de “refletir o interesse nacional em seus valores históricos atualizados pela incorporação das demandas da cidadania. (BECKER, 2009, p.127) Cabe destacar que o contexto de seus estudos abarca o final do regime militar, com toda a infraestrutura de transportes e energética deste período já consolidada.

Tendo por referência o pressuposto anterior, Bertha Becker propõe uma estratégia de desenvolvimento calcada na regionalização, como forma de atingimento dos objetivos elencados. Nesse sentido, a autora aproxima-se da tradição geopolítica brasileira de priorizar os aspectos não militares, como o reordenamento político, desenvolvimento econômico e investimento em tecnologias. Becker (2009) ainda propõe a continuação do desenvolvimentismo como projeto de Estado, tendo a preocupação com sustentabilidade como elemento orientador.

A autora ressaltou a disparidade regional no Brasil, reconhecendo que esta última é produto de diferentes condições naturais, culturais e socioeconômicas.

Destacou o desenvolvimento econômico irregular, associando-o a fatores como investimentos governamentais e infraestrutura. Explorou, dessa maneira, a interligação entre a disparidade regional e questões ambientais, estabelecendo uma relação entre a distribuição desigual de recursos naturais e as desigualdades socioeconômicas. Assim, para promover um desenvolvimento com equilíbrio regional, Becker propôs a adoção de políticas públicas específicas para cada região.

#### Figura 09 – Proposta de Equilíbrio Regional

Fonte: BECKER, 1974, p.5

A partir de meados da década de 1980 houve, também, a adoção de uma série de medidas com características militares no contexto da dissuasão das novas ameaças percebidas pelo Estado brasileiro, especialmente na região amazônica. Houve, por exemplo, um rearranjo interno de unidades militares para a região amazônica (TABELA 01), o Projeto Calha Norte<sup>47</sup> e o SIPAM/SIVAM<sup>48</sup> (LOURENÇÃO, 2014). Este último, segundo Becker (2009, p.66), foi “uma resposta à tentativa norte-americana de instalação de bases no território brasileiro em nome do combate às drogas”. Assim, o estabelecimento de medidas efetivas de políticas públicas serviu como forma de dissuadir possíveis ingerências externas na soberania brasileira.

Tabela 01 - Histórico de criação das grandes unidades operacionais do Comando Militar da Amazônia (CMA)

Brigada de Infantaria	Origem	Ano de transferência ou criação	Destino
17 <sup>a</sup>	-	1980	Porto Velho - RO
1 <sup>a</sup>	Petrópolis – RJ	1991	Boa Vista – RR
16 <sup>a</sup>	Cruz Alta-RS	1993	Tefé – AM
2 <sup>a</sup>	Rio de Janeiro – RJ	2004	São Gabriel da Cachoeira - AM

Fonte: Peixoto Junior, 2020, p.41

<sup>47</sup> Projeto Calha Norte foi uma iniciativa brasileira, de 1985, para o desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas.

<sup>48</sup> SIPAM/SIVAM é o sistema de proteção e vigilância da Amazônia.

O sistema internacional do período da produção de Bertha Becker foi caracterizado por uma transição, materializado sobretudo pelo fim da União Soviética. No âmbito sulamericano, era perceptível a distensão das animosidades do Cone Sul (FREITAS, 2004, p.127). Esta fase também se caracterizou por um novo vigor na produção geopolítica elaborada no meio acadêmico. André Martin, Wanderley Messias da Costa e Leonel Itaussu Almeida Mello.

O professor André Martin pode ser considerado um legítimo representante da tradição geopolítica brasileira, embora sua produção perpassasse o período analisado, estando situada já no século XXI. O autor retoma à geopolítica realista, partindo do pensamento de Golbery do Couto e Silva (o subtítulo de sua tese é “O anti-Golbery”), ao realizar uma releitura “meridionalista”, baseada na conjuntura de sua época.

Martin parte das mesmas premissas de Golbery do Couto e Silva, trocando o direcionamento brasileiro a um pretense Ocidente, por parte deste último, por uma ênfase nas relações Sul-Sul. Para Martin (2018, pp.194 e 195), o pensamento de Golbery teve

“o mérito de colocar o Brasil no mundo, superando em perspectiva analítica o confinamento de seus predecessores, os compromissos ideológicos de defesa do Ocidente em perigo, por outro lado, os obrigou a retroceder ao velho ponto de vista meridianista, em que o Atlântico sul tem apenas um valor defensivo”

Figura 10 – Mapa da Geoideologia do Meridionalismo

Fonte: Regiani, 2010

A proposta de André Martin, identificando o potencial dos emergentes do *BRICS*<sup>49</sup>, é a formação de um vigoroso “Comitê Sul”, formado por Brasil, Índia, África do Sul, Austrália e, possivelmente pela Argentina. A inclusão desta última justifica-se por esta representar a Antártida (MARTIN, 2018, p.208) A construção desta premissa meridionalista pode ser compreendida como uma busca pelos elementos

---

<sup>49</sup> BRICS refere-se ao bloco de países emergentes, cujos países fundadores são Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.



dissuasórios, essenciais para o desenvolvimento econômico e social mútuos das nações partícipes. Martin deixa bem claro que sua tese não deve ser entendida como uma busca de “poder pelo poder”, mas, pelo contrário, “o fortalecimento do Sul beneficiaria o conjunto da humanidade, ao responder com uma manobra dissuasiva, e não confrontativa, o projeto hegemomista dos Estados Unidos” (MARTIN, 2018, p. 206). Logo, a tese meridionalista de André Martin configura-se em um retorno, contextualizado, do projeto de inserção continental de José Bonifácio.

Eis, pois, uma síntese de algumas ideias-chave de autores selecionados da geopolítica produzida no Brasil, tendo como a noção de dissuasão como elemento balizador. Do acima, exposto, pode-se inferir alguns grandes temas da geopolítica nacional, conforme já levantado previamente nos trabalhos de Miyamoto (1995), Freitas (2004), Mello (2009), Costa (2010) e Coutinho (2020), entre eles: a coesão e identidade nacional, a integração nacional, o desenvolvimento econômico, a projeção pacífica do Brasil e a preocupação com a mobilização nacional.

Assim, o próximo capítulo analisará os documentos de Defesa elaborados e publicados a partir do ano de 1996, com o escopo de identificar como estes contemplaram, de forma explícita ou implícita, a noção de dissuasão.

### Cap. 3 - A NOÇÃO DE DISSUASÃO PRESENTE NOS DOCUMENTOS DE DEFESA A PARTIR DE 1996

Neste capítulo serão abordados os documentos de Defesa publicados a partir de 1996, especialmente no que tange à noção de dissuasão explícita ou implícita. Este ano, 1996, marcou o aparecimento da primeira versão da Política Nacional de Defesa, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, e cerca de três anos antes da criação do Ministério da Defesa. Pelo seu caráter singular na história brasileira, pode ser considerado um grande marco no estabelecimento de políticas públicas para a Defesa no Brasil. Política pública pode ser compreendida como a elaboração de uma diretriz com o intuito de enfrentar um problema público (Secchi, 2013).

O Ministério da Defesa (MD) foi criado ainda no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, dentro do escopo de uma reformulação na estrutura da Defesa, deixando o país mais parecido com as estruturas dos principais países do globo. Nesse sentido, Dórea (2018) afirma que a elaboração da Política de Defesa Nacional proporcionou um importante impulso à criação do citado ministério.

Dentro da nova estrutura, os antigos ministérios do Exército, da Marinha e da Força Aérea transformaram-se em Comandos. Além disso, foi criada uma estrutura, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Essas medidas foram consolidadas com a promulgação da Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999 (DÓREA, 2018).

Os documentos analisados no presente estudo foram os seguintes: Política de Defesa Nacional (1996); Política Nacional de Defesa (versões de 2005, 2008, 2012, 2016 e 2020), Estratégia Nacional de Defesa (versões 2008, 2012, 2016 e 2020); Livro Branco da Defesa Nacional (versões 2012, 2016 e 2020). Conforme demonstrado por Gröhs (2022), a elaboração desses documentos não seguiu um rito específico, variando de documento para documento.

Para iniciar a verificação, foi realizada uma pesquisa para descobrir a frequência que os termos dissuasão, dissuasório ou dissuasória apareciam nos

documentos supracitados. (TABELA 04) Depois de identificados, buscou-se, de forma qualitativa, rastrear a noção que os referidos termos denotavam<sup>50</sup>.

Tabela 02 – Quantidade de vezes em que termos correlatos à dissuasão aparecem em cada documento

Política de Defesa Nacional	
Ano	Quantidade
1996	2
2005	1
Estratégia Nacional de Defesa	
Ano	Quantidade
2008	10
2012	11
2016	12
2020	18
Política Nacional de Defesa	
Ano	Quantidade
2012	1
2016	3
2020	4
Livro Branco de Defesa	
Ano	Quantidade
2012	22
2020	8

Fonte: o autor

Pode-se perceber, pelo quadro apresentado, que as palavras relacionadas à dissuasão, como dissuadir e dissuasória, tiveram um acréscimo na frequência com que aparecem nos documentos de defesa ao longo do tempo. Este fato por si só já induz à percepção de um incremento na importância com que a noção de dissuasão vem adquirindo desde a Política de Defesa Nacional de 1996.

Neste documento a dissuasão aparece duas vezes (BRASIL, 1996). Em ambas as ocasiões está relacionada com uma postura estratégica de “caráter defensivo” (BRASIL, 1996, p.8), e centrado nas ações diplomáticas que visem à manutenção da paz. É importante destacar que o emprego da dissuasão, neste caso,

<sup>50</sup> A abordagem quantitativa “funda-se na frequência de aparição de determinados elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais suscetíveis de permitir inferências [...]”. Logo, a abordagem quantitativa depende da contagem de quantas vezes certos elementos específicos (os termos correlatos à dissuasão) aparecem em uma mensagem ou conjunto de dados. Ao passo que a abordagem não-quantitativa, como a qualitativa, permite realizar inferências. (BARDIN, 2011, p.144),

se aproxima bastante do conceito de diplomacia coercitiva, apresentado por Colin Gray (2003) e verificado no segundo capítulo.

O contexto deste documento indica, inclusive, uma fase de distensão das hostilidades da Guerra Fria e uma conjuntura onde indicava um arrefecimento dos conflitos internacionais, sobretudo na América do Sul. O documento indica grupos armados que atuam nos países fronteiriços e os problemas advindos do tráfico internacional de drogas como ameaças ao país. Dessa forma, seguindo a tônica do caráter difuso das ameaças ao Estado Brasileiro. (BRASIL, 1996, p.6).

O próprio conflito nuclear, tão estudado pelos autores clássicos que se debruçaram sobre a questão da dissuasão, é minorado de forma tácita. O documento prevê que, “apesar de serem reduzidos os riscos de um confronto nuclear de escala planetária, desapareceu a relativa previsibilidade estratégica”. (BRASIL, 1996, p.4)

Dessa forma, é possível indicar que a noção de dissuasão clássica (relacionada com a superioridade militar e tecnológica) está pouco presente na Política de Defesa Nacional de 1996. Por outro lado, a noção de dissuasão percebida pela tradição geopolítica (relacionadas com a coesão e identidade nacional, desenvolvimento econômico, projeção e integração regional) brasileira pode ser bastante encontrada, embora de forma implícita. Contempla, inclusive, uma interpretação do perfil do Brasil, como sendo:

“Ao mesmo tempo continental e marítimo; equatorial, tropical e subtropical; de longa fronteira terrestre com a quase totalidade dos países sul-americanos e de extensos litoral, zona econômica exclusiva e plataforma continental – confere ao País profundidade geo-estratégica e torna complexa a tarefa de planejamento geral de defesa. As amplas bases demográficas e territoriais, bem como a disponibilidade de recursos naturais, assentadas na diversificada fisiografia nacional, conformam cenários diferenciados que demandam, ao mesmo tempo, uma política geral e integrada e uma abordagem específica para cada caso.” (BRASIL, 1996, p.3)

O primeiro grande tema da tradição geopolítica brasileira, alvo da formulação de praticamente a totalidade de pensadores, mesmo os anteriores ao estabelecimento das bases da Geopolítica, como José de Bonifácio e Varnhagen, é a

questão da identidade e da coesão nacional. De forma taxativa, elenca a “preservação da coesão e da unidade da Nação”, como um dos sete objetivos da Defesa Nacional.

O documento explicita, ainda, que conceitos como a “soberania, autodeterminação e identidade nacional” passaram a ser reforçados, conforme a conjuntura dos anos de 1990 (BRASIL, 1996, p.5). Dentre as suas diretrizes, consta “sensibilizar e esclarecer a opinião pública, com vistas a criar e conservar uma mentalidade de Defesa Nacional, por meio do incentivo ao civismo e à dedicação à Pátria” (BRASIL, 1996, p.11). Nesse sentido, o civismo apresentado pela Política de Defesa Nacional, de 1996, aproxima-se muito do formulado por importantes pensadores brasileiros, como Olavo Bilac e Alberto Torres, como forma de aumentar a coesão nacional e, conseqüentemente, minorar os problemas de Defesa nacionais (McCann, 2009). A tradição geopolítica nacional, a partir de Elysio de Carvalho e Everardo Backheuser, sempre contemplou este paradigma, em diferentes graus, de acordo com cada autor.

A integração nacional, um tema recorrente da tradição geopolítica nacional e muito identificada com o trabalho de Mario Travassos, também pode ser relacionada com a noção de dissuasão presente na Política Nacional de Defesa de 1996. Contempla aspectos como a modernização, a redução das desigualdades regionais e sociais e a construção de um modelo de desenvolvimento econômico (BRASIL, 1996, p.4)

Dessa forma, entre as suas diretrizes, a Política de Defesa Nacional de 1996 estabeleceu “contribuir ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação regional”, “manter a participação das Forças Armadas em ações subsidiárias que visem à integração nacional [...] e ao desenvolvimento sócio-econômico do País”, “priorizar ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões norte e centro-oeste” e “fortalecer os sistemas de transporte, energia e comunicações” (BRASIL, 1996, pp.10 e 11)

A integração nacional sempre teve as Forças Armadas como um importante vetor. Assim, os geopolíticos da tradição brasileira, tanto civis como militares, visualizaram um país sem integração, portanto, sem possibilidade de utilizar o Poder Nacional em sua plenitude. Como visto no capítulo anterior, a percepção da construção de um país plenamente integrado, principalmente por meio de sua infraestrutura de transportes, incidia diretamente na noção de dissuasão dos

formuladores geopolíticos brasileiros, bem como os autores empíricos que os antecederam, como Varnhagen e Pandiá Calógeras.

A projeção continental e mundial do Brasil, que de certa forma é uma continuação da integração nacional, também se configura em um tema afeito à tradição geopolítica nacional. Este assunto, notabilizado pelo título dos livros de Mario Travassos e Carlos de Meira Mattos, respectivamente, aproximam a noção de dissuasão presente na Política de Defesa Nacional de Defesa de 1996.

Este documento está em consonância com os princípios que regem a República Federativa do Brasil, consagradas na Carta de 1988, como a busca pela solução pacífica de controvérsias, e o fortalecimento da paz e da segurança internacionais<sup>51</sup>. Tendo este norte, foi elaborado para a defesa contra as ameaças externas e aos interesses do país. (BRASIL, 1996, p.3)

Cabe destacar que os anos de 1990 foram caracterizados por um intenso movimento de formação de blocos, especialmente no campo econômico. Para Almeida (2005), “os blocos comerciais tornaram-se importantes atores da economia internacional”, ao mesmo tempo em que causaram tensão entre “tensão entre o multilateralismo e o regionalismo”. Em suma, este fenômeno deveu-se a uma combinação de fatores, incluindo avanços tecnológicos, a busca por eficiência econômica, a redução de barreiras comerciais e a resposta a desafios econômicos e políticos específicos em diferentes regiões do mundo.

O documento trouxe como premissa a projeção pacífica do Brasil, nas suas três principais regiões de interesse: o Cone sul, a Amazônia e o Atlântico Sul (Brasil, 1996, p.6), muito similar ao projetado por Golbery do Couto e Silva. Dessa forma, induz à integração por meio das seguintes estruturas, respectivamente: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Logo, de forma implícita, induz à dissuasão regional e extrarregional, por intermédio da cooperação e da formação de alianças.

A mobilização nacional, bem como seu esforço de guerra ainda em tempos de paz, é outra noção de dissuasão presente tanto no documento de 1996 quanto nos

---

<sup>51</sup> Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

autores da Escola Geopolítica Brasileira. Embora de forma incipiente, a Política de Defesa Nacional de 1996 contempla como objetivos estratégicos tanto o desenvolvimento científico tecnológico quanto a importância de o país ter disponibilidade de recursos naturais e reservas mobilizáveis “com o propósito de inibir possíveis intenções de desrespeito às regras de convivência pacífica entre as nações” (Brasil, 1996, pp. 8 e 9). Dessa forma, se aproximando da noção de dissuasão da tradição geopolítica nacional.

Nove anos depois, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi editada uma atualização: a Política Nacional de Defesa. O contexto do ano de 2005 diferia daquele de 1996 por algumas transformações nos panoramas interno e externo. Internamente, o Brasil havia estabilizado a crise inflacionária de sua moeda, com o Plano Real, e já evidenciava um crescimento econômico sustentado com aumento de seu Produto Interno Bruto (PIB). No âmbito externo, a globalização havia passado por um estágio avançado e se consolidado como grande fenômeno contemporâneo, especialmente com a popularização da *internet*. Para Cervo (2007),

“a década dos noventa estabeleceu um certo equilíbrio entre as duas forças profundas da História, globalização e integração. Ambas as tendências avançavam a olhos vistos, uma globalização horizontal e vertical a moldar a ordem internacional em sua essência, a criação ou a consolidação de blocos de países, de matiz tanto econômica quanto política[...].”

Entretanto, esta ordem baseada nos blocos econômicos regionais decaiu no século XXI, induzindo a novas perspectivas geopolíticas e estratégicas por parte das nações. Segundo Cervo (2007):

“após a prevalência de três fenômenos de fundo das relações internacionais durante a última década do século XX – globalização, integração e depreciação do Estado Nacional – o mundo entra em fase de crise, com retorno do Estado e explícita incapacidade de fazer avançar o ordenamento multilateral global como também os processos de formação de blocos.”

Dessa forma, o contexto da elaboração do documento de Defesa em 2005 não mais partia da possibilidade de um ordenamento multilateral global, como o

evidenciado em 1996. Diante dessa constatação, Brasil (2005) projetou uma conjuntura internacional mais anárquica, assim descrita:

“é pouco provável um conflito generalizado entre Estados. Entretanto, renovaram-se no mundo conflitos de caráter étnico e religioso, a exacerbação de nacionalismos e a fragmentação de Estados, com um vigor que ameaça a ordem mundial. Neste século, poderão ser intensificadas disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos, configurando quadros de conflito”.

Nesse contexto, esse documento contemplou a palavra dissuasão uma única vez, ao tratar que “a vertente preventiva da Defesa Nacional reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e em postura estratégica baseada na existência de capacidade militar com credibilidade, apta a gerar efeito dissuasório”. (BRASIL, 2005) Entretanto, apesar do vocábulo estar contemplado uma única vez, é necessário analisar se como a noção se faz presente de forma implícita.

Em primeiro lugar, a coesão nacional, tema fundamental da tradição geopolítica nacional, consta de forma clara na Política Nacional de Defesa 2005. Este último recepcionou a noção dissuasória que vincula o objetivo da Defesa, entre outros, a “contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais” (BRASIL, 2005). Ademais, há, em suas diretrizes, um esforço incipiente para inserir toda a população brasileira a participar dos assuntos de Defesa ou, segundo Brasil (2005), “incentivar a conscientização da sociedade para os assuntos de Defesa Nacional”.

A integração regional também é abarcada no presente documento. Fruto do desenvolvimento, evidenciado sobretudo a partir da década de 1970, aliado à infraestrutura de transportes, o Brasil do início do século XXI é um país mais integrado que o da época de seus principais geopolíticos. Entretanto, esta integração não estava completa, sobretudo na Amazônia. Quanto à esta região, traça os objetivos, continuando na linha da tradição geopolítica brasileira. Dessa forma, Brasil (2005) previu que

“a vivificação, política indigenista adequada, a exploração sustentável dos recursos naturais e a



proteção ao meio-ambiente são aspectos essenciais para o desenvolvimento e a integração da região. O adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado da Amazônia.”

Além disso, é possível constatar que o documento reverbera noções e conceitos trabalhados por autores da geopolítica brasileira, como Becker (1974;1982; 2009), sobretudo no que tange ao desenvolvimento sustentável, compreendido como a junção da “eficiência econômica, conservação ambiental e equidade social” (BECKER et al., 2007, p.8).

Assim, a presença estatal na fronteira é desafiada por baixa densidade demográfica, longas distâncias e infraestrutura precária. Isso favorece ilícitos transnacionais, exigindo políticas indigenistas, exploração sustentável e proteção ambiental para o desenvolvimento regional. A presença militar é crucial para estabilidade e integração na Amazônia (BRASIL, 2005).

Um grande avanço da versão de 2005, em comparação com a de 1996, foi a questão de aprimorar a temática da projeção internacional do Brasil como um instrumento de dissuasão para a Defesa. Contempla, ainda, em suas diretrizes, a possibilidade de projeção de poder enquadrado dentro de organismos internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU. Inclusive, dedica um item inteiro para versar sobre o ambiente regional e o entorno estratégico, relacionando a segurança com a estabilidade regional e os níveis de desenvolvimento social e econômico. Dessa forma, para que os conflitos no entorno estratégico sejam mitigados, é fundamental fortalecer a integração regional, por meio do Mercosul, da Comunidade Andina e da Comunidade Sul-Americana de Nações. O entendimento entre países amazônicos, a cooperação com nações africanas (facilitada por aspectos culturais e étnicos em comum) e a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul também desempenham papel vital. A modernização da infraestrutura sul-americana é essencial para desenvolvimento e integração (BRASIL, 2005).

Além disso, esta declaração também contemplou, de forma pioneira, duas questões sobre a projeção brasileira tratadas pela tradição geopolítica brasileira, em especial por Golbery do Couto e Silva (1981) e Therezinha de Castro (1976): a inserção africana e a questão da Antártida. Quanto à África, e até mesmo o Atlântico

Sul, a estratégia traçada é a diplomacia e relações internacionais, por meio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Neste continente, os seguintes países africanos são membros desta organização: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Além de Portugal na Europa e Timor Leste no Oriente.

Quanto ao continente Antártico, alerta para que o Brasil participe ativamente dos processos decisórios acerca da região sem, no entanto, aprofundar o tema. Cabe destacar que o Brasil, em 1984, havia instalado a Estação Comandante Ferraz, situada na ilha do Rei George. Esta base, além de militares, abriga pesquisadores de temas de interesse nacional. Conforme visto no capítulo anterior, Castro (1976), já havia realizado um trabalho sobre a importância econômica da Antártida, mas, sobretudo, da posição privilegiada da região em relação ao Atlântico Sul (FREITAS, 2004, 106).

A Política de Defesa Nacional, de 2005, reforçou o caráter da Defesa como indutora do desenvolvimento nacional. Este aspecto está contemplado no incentivo à pesquisa científica e à Base Industrial de Defesa nacional. Este aspecto em particular, tem semelhanças com o pressuposto da tradição geopolítica brasileira, no que diz respeito à dissuasão. A relação entre Defesa e desenvolvimento, neste caso, sempre foi entendida do ponto de vista geopolítico, amparando, inclusive, a produção geopolítica da Escola Superior de Guerra (MIYAMOTO, 1995, p.221).

O ano de 2008 trouxe um outro avanço no que tange aos documentos de Defesa: a edição da Estratégia Nacional de Defesa. Os trabalhos de confecção do documento, enquadrados no governo Lula (2003-2011), couberam ao ministro da Defesa Nelson Jobim e ao Chefe da Seção de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Para Dórea (2018, pp. 44 e 45), a Estratégia Nacional de Defesa

“marcou uma nova etapa no tratamento de tema tão relevante, intrinsecamente associado ao desenvolvimento nacional brasileiro permitindo aproximar a sociedade e a academia aos saberes militares além de trazer maior transparência aos temas afetos à Defesa Nacional”.

Neste documento, houve 10 menções diretas a vocábulos derivados da palavra dissuasão, como dissuadir, dissuasório e dissuasória. A primeira delas parte do princípio da dissuasão como uma diretriz da Estratégia Nacional de Defesa. Cabe

destacar, que há um avanço na compreensão da noção de dissuasão presente no item citado. Primeiramente, a dissuasão é entendida em sua forma consagrada pela tradição geopolítica brasileira, por meio de fatores geoestratégicos, como a presença territorial e a negação do uso do mar e do espaço aéreo.

Porém, logo após trata da dissuasão com a noção mais alinhada aos formuladores clássicos, quando projeta a tecnologia como um “instrumento de combate” (BRASIL, 2008). De forma a exemplificar, o documento destacou os componentes submarinos e aéreos como uma tecnologia dissuasória para negar o uso do mar pelo inimigo. Além disso, houve uma relação entre a mobilidade estratégica e a dissuasão garantidas pela vinculação com os aspectos tecnológicos.

Dessa forma, elencou os setores espacial, nuclear e cibernético como os setores estratégicos essenciais à Defesa. Nestes setores, a tecnologia funciona como elemento de dissuasão nacional, por meio do domínio de meios e técnicas que nivelam ou diminuem o hiato do Brasil perante outras nações. Entre eles estão o domínio de todo o ciclo nuclear para fins pacíficos, projeção e fabricação de satélites e veículos lançadores de satélites e desenvolvimento de tecnologias de determinação de coordenadas geográficas a partir de satélites. (BRASIL, 2008)

O documento colocou, de forma explícita, a noção de dissuasão relacionada com a mobilização militar e nacional, ou seja, a capacidade de dispor de meios materiais e efetivos em um curto espaço de tempo. Esta última característica subordina a elasticidade, entendida como a “condição de ter o poder de combate pelo acréscimo ou supressão de estruturas, com oportunidade, acrescentado ou retirando capacidades” (BRASIL, 2023), à dissuasão. Dessa forma,

“ao decretar a mobilização nacional, o Poder Executivo delimitará a área em que será realizada e especificará as medidas necessárias à sua execução, tais como poderes para assumir o controle de recursos materiais, inclusive meios de transporte, necessários à defesa, de acordo com a Lei de Mobilização Nacional. A mobilização militar demanda a organização de uma força de reserva, mobilizável em tais circunstâncias. Reporta-se, portanto, à questão do futuro do Serviço Militar Obrigatório”. (BRASIL, 2008).

O documento consagrou a Dissuasão como uma das principais estratégias de Defesa. Nessa moderna concepção, o Ministério da Defesa tentou fomentar a participação de civis na área da Defesa, procedendo algumas ações, como “o envio ao Congresso e ao Executivo de proposta para a criação da Carreira Civil de Defesa e dos cargos efetivos de Analistas de Defesa Nacional”. (DÓREA, 2018, p.45). Apesar de trazer novos elementos, é possível identificar a noção da dissuasão dos formuladores geopolíticos brasileiros tradicionais nos meandros do texto.

A questão primordial da coesão nacional se faz presente de forma mais prática, como na questão da elasticidade. Esta última, conforme Brasil (2008), tem como base derradeira a “integração das Forças Armadas com a Nação”. Dessa forma, deixa claro a importância do serviço militar obrigatório, tanto para a já citada mobilização, mas também como um “nivelador republicano”. Logo, segundo BRASIL (2008),

“a base da defesa nacional é a identificação da Nação com as Forças Armadas e das Forças Armadas com a Nação. Tal identificação exige que a Nação compreenda serem inseparáveis as causas do desenvolvimento e da defesa. O Serviço Militar Obrigatório será, por isso, mantido e reforçado. É a mais importante garantia da defesa nacional. Pode ser também o mais eficaz nivelador republicano, permitindo que a Nação se encontre acima de suas classes sociais”.

Esta abordagem é similar ao gestado na campanha cívica de Olavo Bilac<sup>52</sup>, em 1916. A concepção do serviço militar, para este último pensador, consistia na ideia de coesão social, na medida em que “o Exército fosse o povo e o povo fosse o Exército”, e que “elevaria os [cidadãos] da classe baixa e nivelaria os da alta (McCANN, 2009, p.219).

O documento em tela (BRASIL, 2008) institui que a base da defesa nacional é “a identificação da Nação com as Forças Armadas e das Forças Armadas com a Nação.” Dessa forma, estabelece que as Forças Armadas são uma das indutoras da coesão nacional. Esta última pode fortalecer a capacidade de dissuasão de uma

---

<sup>52</sup> A campanha cívica de Olavo Bilac consistiu em um trabalho educativo que aproximou os cidadãos dos quartéis, sendo fundamental para a criação do Serviço Militar Obrigatório (McCANN, 2009, p. 219)

nação, proporcionando uma base sólida de apoio para as políticas de segurança e defesa, como a mobilização. Como visto no capítulo anterior, a coesão brasileira sempre esteve na pauta da geopolítica nacional, como um óbice a ser superado. Segundo afirmou Costa (2013, p. 185), “o problema da coesão interna, tão exaustivamente debatido pela geografia política de Ratzel, e eleito pelos geopolíticos como um dos principais alvos da ação dos Estados em geral, adquire no Brasil um caráter particular”.

Além disso, como forma de efetivamente cumprir seu fim, o documento preconizou a instituição de um Serviço Civil e da retomada da iniciativa dos Tiros de Guerra<sup>53</sup>. Ademais, acresceu de importância a Escola Superior de Guerra, como estabelecimento de ensino formador da mentalidade de Defesa, movimentada para o novo centro do poder decisório político, a cidade de Brasília.

A Estratégia Nacional de Defesa de 2008 ainda reforçou a projeção regional e extrarregional brasileira, como forma de fomentar a dissuasão por meio da estabilidade regional. Quanto a esta última questão, retificou o estabelecido nos documentos precedentes, por meio do incremento do “intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa”. Além disso, fomentou a integração regional através da “pesquisa e desenvolvimento de projetos comuns de produtos de defesa”. Ademais, reforça a projeção internacional do Brasil no que tange à questão antártica. (BRASIL, 2008)

Em 2012, no governo Dilma Rouseff, e tendo o diplomata Celso Amorim como ministro da Defesa, foram atualizadas a Política de Defesa Nacional e a Estratégia de Defesa Nacional. Além disso, processou-se um avanço nos documentos de Defesa com a edição do Livro Branco da Defesa Nacional. Este último, fruto de um amplo debate entre os diversos segmentos da sociedade, segundo Dórea (2018), “visa esclarecer a sociedade brasileira e a comunidade internacional sobre as políticas e ações que norteiam os procedimentos de segurança e proteção à nossa soberania”.

A difusão dos documentos de defesa em países da América Latina seguiu-se, a partir dos anos 2000, ao que já havia ocorrido em países da Europa, Ásia e América do Norte. Mesmo na América do Sul, estes documentos já haviam sido

---

<sup>53</sup> Os Tiros de Guerra são órgãos de formação da reserva, próprios do Exército, que possibilitam, aos convocados, prestar o serviço militar inicial nos municípios onde residem. Desse modo, os jovens convocados recebem a instrução militar, conciliando-a com o trabalho e o estudo.

incorporados em muitos países. Sousa (2016, p.46) elencou que, antes de 2001, apenas a Argentina, o Uruguai e o Chile possuíam. A Colômbia incorporou entre 2002 e 2003 e a Bolívia e o Peru seguiram entre 2004 e 2005. A difusão dos Livros Brancos na América Latina deveu-se a dois motivos: a busca pela inclusão de civis no debate sobre a Defesa e a uma imposição da Organização dos Estados Americanos (OEA) (SOUSA, 2016).

O Livro Branco contemplou vinte e duas vezes palavras derivadas de dissuasão, vinculando o termo à cooperação, de forma a fortalecer a “estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa, historicamente voltada para a causa da paz, da integração e do desenvolvimento” (BRASIL, 2012, p.53). Nota-se que, de forma explícita, a noção de dissuasão se fez presente segundo o que consta na tradição geopolítica brasileira: integração, desenvolvimento e projeção regional e mundial.

Quanto à presença de elementos geopolíticos neste documento, Cursino (2022, p.318) inferiu que, “mesmo imprecisas e distantes das discussões geográficas, uma noção de geopolítica e de geografia estava presente no Livro Branco de Defesa Nacional”. Para o autor, a geopolítica

“demonstrava que apesar de quase esquecida ou omitida do debate geográfico e internacionalista, estava presente nas políticas de Estado, nas disputas internacionais e nas estratégias de governo, não somente inerente a um território posicional e estático, mas sobretudo como produto das relações de poder entre os atores da política externa brasileira e o território.” (CURSINI, 2022, p.318)

Cursini (2022, p. 303) ainda identificou, de forma implícita, traços da teoria geopolítica meridionalista de André Martin, estudada no capítulo anterior, na política externa do governo do presidente Lula. Identificou, ainda, também de forma implícita, elementos da formulação de Mario Travassos e de Golbery do Couto e Silva no Livro Branco da Defesa Nacional (CURSINI, 2022, p.20). Portanto, corroborando influência da produção geopolítica nos documentos de Defesa.

O documento também vinculou a dissuasão com a presença, esta última tradicionalmente relacionada com a ocupação e integração do território nacional, materializada, por exemplo, na intenção de aumento do número de Pelotões Especiais

de Fronteira<sup>54</sup> (PEF). Entretanto, o documento avançou, incorporando a noção de dissuasão clássica, por meio do incremento da tecnologia, como o SISFRON, o radar SABER M-60, o Programa Combatente Brasileiro, entre outros. (BRASIL, 2012, p.126).

Outra característica recorrente e também presente no Livro Branco é a questão da coesão e da unidade nacional, cuja preservação consta como um Objetivo Nacional de Defesa. Cabe destacar, nesse contexto, a importância do Serviço Militar Obrigatório, pois este

“permite que a Nação forme cidadãos com espírito cívico, dando-lhes valores de solidariedade e justiça, princípios éticos e sentimento de nacionalidade. Significa, também, um importante instrumento de afirmação de unidade nacional.” (LBDN2012, p.78)

O documento corrobora o conceito de Entorno Estratégico Brasileiro, espaço que engloba os países da América Latina, leste africano, Atlântico sul e Antártida. Dessa forma, como forma de dissuasão, cuja noção é compreendida como “reduzir a possibilidade de conflitos”, contemplou a integração com as seguintes estruturas: Mercado Comum do Sul, União de Nações Sul-Americanas, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul, cúpula América do Sul-África e Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul.

Quanto à importância crucial do Atlântico Sul para a ação dissuasória, Nicholas Spykman, nos anos de 1940, já havia versado sobre a sua importância estratégica. Dessa forma, identificou a importância da posição do território brasileiro, na medida em que “o litoral brasileiro, particularmente Natal (base aérea), Recife (base naval), Salvador e Rio de Janeiro (pontos de apoio), teria papel decisivo na definição dessa grande zona de contenção e defesa [...]. (COSTA, 2013, p.76).

Atualmente, Costa (2012) afirmou que o grande “significado geopolítico” do Atlântico Sul reside na presença de petróleo, tanto na costa sulamericana quanto na africana. Há, ainda, entre estas duas porções de terra, várias ilhas de domínio

---

<sup>54</sup> Pelotão Especial de Fronteira é um estabelecimento militar voltado para a vivificação da fronteira, baseado na tríade “Vida, Combate e Trabalho”. Caracteriza-se por ter um pequeno efetivo, localizado em áreas de difícil integração do território nacional. Dessa forma, materializa a presença do Estado brasileiro nessas regiões.

britânico, como Ascensão, Falklands, Santa Helena e Tristão da Cunha. É nesse contexto que os documentos de Defesa vêm moldando a noção de Entorno Estratégico. Segundo Costa (2012, p.10),

“o alargamento do entorno regional e estratégico do Brasil corresponde à nova escala de interesses, oportunidades e influência de um país que se consolida como potência econômica no cenário internacional e que tem feito do domínio e da exploração dos recursos do mar uma das suas mais promissoras fontes de riqueza. A inflexão nos rumos do desenvolvimento do país na direção do Atlântico Sul nos últimos trinta anos expressa a conjugação de vetores de largo espectro e longa duração.”

Dessa forma, a construção da noção de Entorno Estratégico é um exemplo aplicado da teoria de Tuathail (1996), na medida em que um conceito geopolítico explícito foi incorporado, de forma implícita, aos documentos de Defesa brasileiros. O Entorno Estratégico é, pois, a síntese das ambições da projeção brasileira encontrada, como exemplo, em Mario Travassos e Carlos de Meira Mattos.

A Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa, ambos atualizados em 2012, durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), seguem as mesmas premissas de suas antecessoras. Conforme sugere Cursini (2022, p.316), os documentos de Defesa mantinham “traços de uma concepção clássica de geopolítica”.

A Política Nacional de Defesa (PND 2012) faz apenas uma menção ao termo dissuasão, no contexto complementar à ação diplomática, conforme descrito abaixo:

“À ação diplomática na solução de conflitos soma-se a estratégia militar da dissuasão. Nesse contexto, torna-se importante desenvolver a capacidade de mobilização nacional e a manutenção de Forças Armadas modernas, integradas e balanceadas, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional, em condições de pronto emprego” (BRASIL, 2012a)



A Estratégia Nacional de Defesa de 2012 (BRASIL, 2012a) reforçou o vínculo do serviço militar obrigatório como catalisador da coesão e da identidade nacional. Dessa forma, o serviço militar representaria “instrumento para afirmar a unidade da Nação, independentemente de classes sociais, gerando oportunidades e incentivando o exercício da cidadania”. Assim, o documento preconiza que

“a base da defesa nacional é a identificação da Nação com as Forças Armadas e das Forças Armadas com a Nação. Tal identificação exige que a Nação compreenda serem inseparáveis as causas do desenvolvimento e da defesa.” (BRASIL, 2012a, p. 24)

O serviço militar, dessa forma, é compreendido tanto como em sua expressão psicossocial da nação, quanto nos aspectos dissuasórios da capacidade militar da mobilização de contingentes de reservistas preparados para um possível esforço de guerra. Dentre suas diretrizes está a de “desenvolver o potencial de mobilização militar e nacional para assegurar a capacidade dissuasória e operacional das Forças Armadas”. (BRASIL, 2012a, p.24)

De maneira semelhante, a END 2012 contemplou a estabilidade regional em sua noção de dissuasão. Para tal, estabeleceu em suas diretrizes a integração regional da América do Sul, por meio da cooperação de seus membros. O documento avançou ao estimular uma construção da “unidade sul-americana” (BRASIL, 2012a, p. 24). No que concerne a este tema, o Conselho de Defesa Sulamericano apareceu como “um mecanismo consultivo que se destina a prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa” (BRASIL, 2012, p. 24).

O documento ainda indica, englobado em uma noção de dissuasão, a dependência que o país tem de tecnologia estrangeira. Para Brasil (2012a, p.26), “a desatualização tecnológica de alguns equipamentos das Forças Armadas; e a dependência em relação a produtos de defesa estrangeiros” e “os bloqueios tecnológicos impostos por países desenvolvidos, que retardam os projetos estratégicos de concepção brasileira” surgem como óbices para o pleno desenvolvimento da capacidade dissuasória do país. Dessa forma, recorre-se ao paradigma desenvolvimentista, especialmente em relação ao fomento da Base Industrial de Defesa (BID) autônoma.

Quanto à Base Industrial de Defesa, esta última foi prevista para ser preferencialmente de uso dual (BRASIL, 2012a, p.10), ou seja, deve atender tanto as necessidades civis quanto militares. Além disso, não está restrita à sua esfera militar, mas pretendeu-se que possa vir a contribuir sobremaneira para o desenvolvimento econômico do país, na medida em que “será incentivada a competir em mercados externos para aumentar a sua escala de produção”. (BRASIL, 2012a, p.8)

A dissuasão clássica, conforme visto no primeiro capítulo, se relaciona, quase sempre, com superioridade ou equivalência de meios tecnológicos, em especial das armas nucleares. Entretanto, o Brasil, por força de tratados, resignou desta capacidade. Desse modo, o documento contempla o domínio de tecnologias que possa aumentar o poder dissuasório brasileiro e diminuir o hiato tecnológico frente às forças armadas de outros países, como o submarino de propulsão nuclear, a nova família de blindados, sistemas de mísseis e radares, satélites e veículos lançadores de satélites, vetores cibernéticos, entre outros.

Os documentos de Defesa foram atualizados para o quadriênio 2015-2018, sob o governo Dilma Rousseff e, após o seu processo de *impeachment*, pelo presidente Michel Temer. Somados, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa apresentaram 15 (quinze) vezes os termos relacionados à dissuasão. Destes, 3 (três) estiveram presentes na Política Nacional de Defesa e 12 (doze) na Estratégia Nacional de Defesa. Nesse sentido, a dissuasão figura como uma Capacidade da Defesa, junto com Proteção, Pronto-resposta, Coordenação e Controle, Gestão da Informação, Mobilidade Estratégica e Mobilização (BRASIL, 2016, p. 33)

Percebe-se uma ligeira evolução no entendimento do termo. Nesse sentido, a noção de dissuasão aproximou-se mais dos teóricos estrangeiros da dissuasão convencional, em detrimento de sua concepção na tradição geopolítica brasileira. Dessa forma, a Capacidade de Dissuasão

“configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões. Sustenta-se nas condições que possui a Nação de congregar e aplicar sua Capacidade de Proteção e de Pronto-resposta, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil” (BRASIL, 2016, p.34)

A noção de dissuasão presente nos documentos citados está intimamente ligada aos Projetos Estratégicos das três Forças Armadas: Marinha, Exército e Força Aérea. Pode-se citar, como exemplo, o Sistema Integrado de Fronteiras (SISFRON), como tecnologia aliada da dissuasão. Dessa forma, o fortalecimento da capacidade de dissuasão foi contemplado como 2 (duas) Estratégias de Defesa, conforme as tabelas abaixo, com 5 (cinco) ações estratégicas, cada.

Tabela 03 – ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão

AED-7	Dotar o País de Forças Armadas modernas, bem equipadas, adestradas e em estado de permanente prontidão, capazes de desencorajar ameaças e agressões
AED-8	Demonstrar a capacidade de contrapor-se à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo nacional
AED-9	Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o espaço cibernético, o território, as águas jurisdicionais brasileiras e outras áreas de interesse
AED-10	Incrementar as capacidades de desenvolver e de explorar o espaço cibernético
AED-11	Incrementar a capacidade de Mobilização Nacional

Fonte: BRASIL, 2016, p.59

Tabela 04 – ED-6 Fortalecimento da capacidade de dissuasão

AED-31	Desenvolver capacidades para preservar nacionais em situação de risco e resguardar bens, recursos e interesses brasileiros, no exterior, inclusive linhas de comunicação marítimas
AED-32	Incrementar a capacidade expedicionária, com foco na presteza e na pertinência
AED-33	Incrementar a participação das Forças Armadas em exercícios operacionais com outros países
AED-34	Promover o adestramento, a atualização tecnológica dos meios materiais e doutrinária dos recursos humanos, para a participação das Forças Armadas em operações internacionais
AED-35	Desenvolver a capacidade de manter a segurança das linhas de comunicação marítimas onde houver interesses nacionais

Fonte: BRASIL, 2016, p.63.

Fica evidenciado que, de forma explícita, os documentos produzidos a partir 2016 possuem uma noção de dissuasão claramente de teor convencional, segundo o formulado pelos reconhecidos teóricos, como Raymond Aron, André

Beaufre, Bernard Brodie, John Mearsheimer e Colin S. Gray. Entretanto, alguns pontos da noção de dissuasão, segundo o entendimento da tradição geopolítica nacional, estão presentes, mesmo que em menor frequência em relação aos documentos anteriores, e de forma implícita.

Logo, a questão primordial da manutenção da coesão e da unidade nacional foi contemplada como um Objetivo Nacional de Defesa. Nesse contexto, as Forças Armada são instadas a “intensificar a presença do Setor de Defesa nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica” e contribuir para a integração da região amazônica (BRASIL, 2016, p. 63). Além disso, o documento prevê a ação da Defesa na educação do povo brasileiro, com a finalidade de fomentar a promoção à cidadania e a identidade nacional.

A contribuição da Defesa para a estabilidade regional e cooperação internacional são outros dois aspectos dos geopolíticos brasileiros presentes no texto. Na END-2016, cita, inclusive a formação de uma identidade sul-americana de defesa, incluindo a já citada União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e seu Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Logo, a noção de dissuasão está estribada nas “medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais”. (BRASIL, 2016, p. 64). Nesse escopo, está inserida a questão Antártida.

Outrossim, os documentos de Defesa produzidos a partir de 2016 contém o traço do desenvolvimento preconizado pelos geopolíticos estudados no capítulo. Naqueles, a Defesa tem por objetivo a promoção da autonomia produtiva e tecnológica. Quanto a este último aspecto, seguiu a nomenclatura de Base Industrial de Defesa (BID).

A última tentativa de atualização dos documentos de Defesa deu-se sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), no contexto de um novo espectro político. Seria a primeira vez, em mais de quinze anos, que a responsabilidade pela elaboração dos documentos de mais alto nível da Defesa ficaria de fora da alçada de governos eleitos sob a plataforma do Partido dos Trabalhadores (PT). Havia expectativa em como se daria a nova orientação dos aspectos da Defesa: se seria orientada pelos mesmos pressupostos ou se procederia uma reorientação.

O Livro Branco de Defesa Nacional 2020 contemplou 8 (oito) vezes os termos relacionados à dissuasão. Em suma, eles vieram no contexto de uma capacidade de dissuasão. Importante destacar que, seguindo a tendência, o termo cada vez mais, de forma explícita, denota uma noção contida nos trabalhos dos

teóricos da dissuasão. Dessa forma, o documento estabeleceu a capacidade de dissuasão como

“condições que possui a Nação de aplicar o Poder Nacional, principalmente suas capacidades de Proteção e de Pronta-resposta, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil. Configura-se como fator essencial para a Defesa Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões.” (BRASIL, 2020, p.189)

Além disso, de forma implícita, a LBDN 2020 contemplou, por mais que de forma mais modesta que seus antecessores, as noções de dissuasão estabelecidas pela tradição geopolítica brasileira. Reforçou que a Defesa está relacionada com a preservação da coesão e da unidade nacional e sugeriu um incremento na projeção exterior do Brasil, de forma a participar de processos de decisão internacionais.

Ademais, apresentou várias menções à região Amazônica, como “o fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia”, especialmente por meio dos Pelotões Especiais de Fronteira. (BRASIL, 2020, p.143) A questão antártica também foi abordada no documento em tela, especialmente quando enquadrada no contexto do Atlântico sul e do entorno estratégico brasileiro. Dessa forma, “em termos geopolíticos, o Brasil prioriza o entorno estratégico, constituído pela América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental da África e Antártica” (BRASIL, 2020, p.27).

Além disso, ratificou a noção dissuasória que vincula as questões de Defesa com o desenvolvimento nacional. Dessa forma, conforme BRASIL (2020, p.133), “no caso do Brasil, a transformação da defesa, além de possibilitar maior capacitação de suas Forças Armadas, criará uma gama de oportunidades para o desenvolvimento econômico e social”. Conforme visto no segundo capítulo, a tradição geopolítica brasileira, desde os precursores, como José Bonifácio, vincula uma noção de dissuasão atrelada ao desenvolvimento econômico.

No que tange à Estratégia Nacional de Defesa (END) e a Política Nacional de Defesa (PND), termos associados a dissuasão estão presentes 22 (vinte e duas vezes). Tal como o Livro Branco da Defesa Nacional, o termo vem quase sempre relacionado a uma capacidade de dissuasão. Esta última, como já visto anteriormente,

remete à noção entendida pelos teóricos convencionais, como Raymond Aron, André Beaufre, Colin Gray, John Mearsheimer, já explorados no primeiro capítulo.

Entretanto, em sua concepção estratégica, a END 2020 se refere que, ao ato de dissuadir

“não implica que, em caso de crise ou conflito, o País tenha que se limitar estritamente à realização de ações de caráter militar. No contexto de um plano mais amplo de defesa, e a fim de repelir uma eventual agressão, será empregado o Poder Nacional necessário, com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com um mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz.”  
(BRASIL, 2020b, p.32)

Desse modo, a dissuasão não está relacionada somente à expressão militar do Poder Nacional. Logo, aproxima-se da ideia de dissuasão indireta de André Beaufre, conforme dissertado no primeiro capítulo. Cabe ressaltar que, explicitamente, apesar de uma noção de dissuasão majoritariamente convencional, o texto recepcionou aspectos não convencionais.

Quanto ao conteúdo implícito, os documentos mantiveram a noção de dissuasão formulada pela tradição geopolítica brasileira. Ela está presente na vinculação da manutenção da coesão e identidade nacional com a presença, especialmente pelo serviço militar obrigatório e pela dispersão das unidades militares pelo território. Dessa maneira, no que concerne aos objetivos nacionais de Defesa, “trata da preservação da identidade nacional, dos valores, das tradições e dos costumes do povo brasileiro, assim como dos objetivos fundamentais e comuns à toda a Nação” (BRASIL, 2020b, p.25)

Ainda em sua concepção estratégica, no que tange ao conteúdo implícito da noção de dissuasão, BRASIL (2020b, p.21) trouxe as seguintes diretrizes que corroboram com a visão dos geopolíticos brasileiros: a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação, a proteção à Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País, e a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns.

Além disso, ratificou a vinculação da Defesa com o desenvolvimento nacional, de forma a “estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.” (BRASIL, 2020b, p.21) Este fator ficou sedimentado com o estabelecimento da Base Industrial de Defesa (BID), na qual a Defesa contribui para os diversos setores decorrentes do Poder Nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos anteriores foram abordadas as noções de dissuasão, primeiramente, para os teóricos clássicos, e, posteriormente para os geopolíticos da tradição brasileira. Os primeiros, partindo de países com alto grau de poderio bélico, como Estados Unidos e França, formularam uma estratégia dissuasória baseada na superioridade da tecnologia militar, que levaria ao não cometimento de qualquer ato hostil por parte de uma possível ameaça.

Os geopolíticos brasileiros, em contrapartida, compreenderam a noção de dissuasão a partir de “um prisma específico de análise das potencialidades e vulnerabilidades decorrentes da multimoda realidade brasileira e internacional em cada momento histórico” (FREITAS, 2004, p.12). Nesse sentido, a capacidade dissuasória do Brasil excedia ao mero emprego de suas Forças Armadas, mas configurava-se em uma ação conjunta de todos os segmentos da vida nacional.

Diante desse cenário, a presente dissertação buscou investigar como este entendimento de dissuasão se fez presente nos documentos de Defesa elaborados a partir de 1996. Objetivou-se com isso verificar se as premissas da tradição geopolítica brasileira, no que tange à dissuasão, foram incorporadas, de forma explícita ou implícita, aos textos.

No primeiro capítulo foram revistos autores clássicos selecionados com a finalidade de estudar a noção de dissuasão. Verificou-se que o termo dissuasão pode denotar vários significados, a depender do autor e do idioma em questão. Por isso, ao invés de encontrar uma definição, este trabalho ateu-se a contemplar como os referidos autores identificaram a noção de dissuasão. Ademais, foi demonstrado que esta noção vem sendo ressignificada na medida em que novas ameaças vêm sendo identificadas.

No segundo capítulo, em contrapartida, foram revisitados alguns formuladores da tradição geopolítica brasileira selecionados, de seus precursores pré-científicos aos contemporâneos. Diferentemente de Miyamoto (1995), este trabalho sugeriu uma nova periodização, tendo a dissuasão como elemento de referência, como forma de torná-lo mais inteligível. Além do mais, a dissertação ratificou Freitas (2004), na medida em que corroborou a existência de premissas que tornam a tradição geopolítica brasileira uma unidade de estudo.



A partir de 1996, e após a criação do Ministério da Defesa, o país passou a elencar de forma oficial os pressupostos de sua Política de Defesa. Desde então, uma série de documentos, como a Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, foram elaborados. Além disso, estes mesmos documentos foram sendo atualizados ao longo do processo, contemplando diferentes governos e diferentes grupos políticos.

Dessa forma, conforme analisado no terceiro capítulo, infere-se que há uma relação entre as noções e conceitos-chaves presentes na tradição geopolítica brasileira e a elaboração dos documentos nacionais e políticas estatais. A análise teve como base o trabalho de Tuathail (1996), cuja metodologia foi demonstrada na introdução.

Quanto a estes últimos, utilizou-se a técnica da análise do discurso, conforme Bardin (2011). Assim, buscou-se encontrar, de forma explícita ou implícita, as noções de dissuasão contidas nos documentos de Defesa, desde 1996, bem como em suas atualizações. Do assunto em tela, foi possível verificar que ao longo do tempo, de forma quantitativa, aumentou o número de as menções aos termos relacionados à dissuasão, como dissuasória e dissuadir, embora os termos tenham diminuído entre o LBDN 2012 e LBDN 2020.

No que concerne aos aspectos qualitativos, foi possível identificar que de forma explícita, a noção de dissuasão evoluiu para, cada vez mais, contemplar o sentido clássico da dissuasão, conforme estudado no segundo capítulo da presente dissertação. Em contrapartida, a noção de dissuasão do pensamento geopolítico tradicional brasileiro, analisados no terceiro capítulo, foram desaparecendo da forma explícita ao longo do tempo, desde 1996. Por outro lado, segundo evidenciado no terceiro capítulo, seus pressupostos ainda aparecem, de forma implícita, nos documentos de Defesa.

Dessa forma, é possível inferir que a noção de dissuasão presente nos documentos brasileiros oficiais que versam sobre os assuntos de Defesa vem sendo resignificados desde a elaboração da Política Nacional de Defesa, de 1996. Há uma tendência ao termo denotar a noção dos clássicos em detrimento da tradição geopolítica brasileira. Entretanto, mesmo sendo perceptível este movimento, as bases de uma noção dissuasória ainda podem ser identificadas, mesmo que de forma subentendida e adjacente.

Por fim, este trabalho procurou abranger o pensamento geopolítico brasileiro de forma a contemplar a obra de muitos autores selecionados. Esta revisão, por si só, já se configura em um importante aporte para futuros trabalhos. Além disso, o rastreamento do processo permitiu um maior conhecimento acerca da evolução da tradição geopolítica brasileira, desde suas origens pré-científicas.

A pesquisa não foi a primeira a vincular os elementos desta tradição geopolítica brasileira nos documentos de Defesa elaborados a partir da criação do Ministério da Defesa. Pode-se citar, como forma de exemplificar, o trabalho de Cursini (2020). Entretanto, inova ao utilizar a noção de dissuasão, termo polissêmico, como elemento balizador do estudo.

Dessa forma, este trabalho pode ser uma importante ferramenta para as Ciências Militares, tanto no estudo do pensamento geopolítico nacional, quanto na elaboração de políticas públicas. Quanto ao primeiro item, recoloca a produção de importantes autores, como Elysio de Carvalho e Everardo Backheuser (para citar apenas dois), novamente nas discussões acadêmicas. Quanto à questão das políticas públicas, reaproxima a geopolítica, conhecimento fundamental para as questões de Estado, dos estudos acadêmicos.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. **A (Geo)Política de Defesa Brasileira**. Ponta Grossa-PR: Revista de Geopolítica, v.1, jan/jun, 2010.
- ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **A teoria geopolítica meridionalista de André Martin**. Revista de Geopolítica, v. 5, nº 2, jul./dez. 2014.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e o processo de formação de blocos econômicos: conceito e história, com aplicação aos casos do Mercosul e da Alca. Globalização e o comércio internacional no direito da integração**. São Paulo: Aduaneiras, p. 17-38, 2005
- ANTUNES, Paulo José da Conceição. **A Alteração Do Conceito De Dissuasão: Contributos Para A Sua Conceptualização**. Revista Militar. Nº 2460. jan. 2007. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/177> Acesso em: abr. 2023
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: UNB, 2002.
- BACKHEUSER, Everardo. *Problemas do Brasil: estrutura geopolítica*. Rio de Janeiro: Omnia, 1933.
- BACKHEUSER, Everardo. "Rio Branco, Geógrafo e Geopolítico". In: Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (Tomo LII). 1945, pp. 5-29.
- BACKHEUSER, Everardo. *A Geografia Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo; Edições 70, 2011.
- BEACH, D., & PEDERSEN, R. B. (2019). *Process-tracing methods: Foundations and guidelines* Ann Arbor, Michigan: University of Michigan Press.
- BEAUFRE, Andre. *Disuasion y Estrategia. 2 ed.* Buenos Aires: Rioplatense, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BECKER, Bertha. **A Amazônia na Estrutura Espacial Brasileira**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 3-36, 1974.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia – A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, Bertha K. **Amazônia – Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BECKER, Bertha K.; NASCIMENTO, Elimar; VIANNA, João Nildo de Souza (Ed.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.

BELCHIOR, Lourdes de Almeida Barreto; DEL PRIORE, Mary. Entre Antigos e Novos Princípios Políticos: Dilemas de Leopoldina, A Princesa Da Independência. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 37, n. 80, p. 113-125, 2022.

BENNET, A., & GEORGE, A. L. (1997). **Process tracing in case study research**. Washington, DC: MacArthur Program on Case Studies.

BENNET, Andrew; CHECKEL, Jeffrey T. **Process Tracing: From Metaphor to Analytic Toll**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015

BRASIL. Decreto nº 3.316, 16 de agosto de 1917. Autoriza o Poder Executivo a amparar e fomentar a produção nacional e dá outras providencias. Rio de Janeiro, 16 ago. 1917. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3316-16-agosto-1917-572774-publicacaooriginal-96072-pl.html>. Acesso em: 19 setembro 2022

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa: Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf> Acesso em:27 Set 2023.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa: Brasília, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm) Acesso em:29 Set 2023.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Ministério da Defesa: Brasília, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm) Acesso em:25 Set 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: Glossário das Forças Armadas. 5ª Edição. Brasília, 2015.

BRASIL. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Ministério da Defesa: Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf> Acesso em:04 Out 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa.**: Ministério da Defesa: Brasília, 2012a. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/END-PNDa\\_Optimized.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf) Acesso em: 05 Out 2023

BRASIL. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa.**: Ministério da Defesa: Brasília, 2016. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/copy\\_of\\_pnd\\_e\\_end\\_2016.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/copy_of_pnd_e_end_2016.pdf) Acesso em: 05 Out 2023

BRASIL. **Livro Branco da Defesa Nacional**. Ministério da Defesa: Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/livro\\_branco/Versaodolivroemportugues2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroemportugues2020.pdf) Acesso em:11Out 2023.

BRASIL. **Plano Estratégico da Marinha 2040**. Estado-Maior da Armada. Brasília, 2020a.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa.**: Ministério da Defesa: Brasília, 2020b. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congressonacional\\_22\\_07\\_2020.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf) Acesso em: 05 Out 2023

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-07.101**: Conceito Operacional do Exército Brasileiro. 2023

BRODIE, Bernard. **Strategy in the missile age**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1959

CALÓGERAS, João Pandiá. **Estudos Históricos e Políticos**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/156/1/74%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 15 setembro 2022.

CARVALHO, Elysio de. **Ensaio**. Brasília: UCB, 1997.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do General Golbery do Couto e Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CASTRO, **Therezinha de. Rumo à Antártica**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

CASTRO, Therezinha de. **O Brasil no Mundo Atual: posicionamentos e diretrizes**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1982.

CASTRO, Therezinha de. **Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1983.

CASTRO, Therezinha de. **José Bonifácio e a Unidade Nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

CASTRO, Therezinha de. **Nossa América: Geopolítica Comparada**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

CASTRO, Therezinha de. **A Amazônia. Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração**. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Unificada do Campo Grande, 1995.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Globalização, integração e Estado Nacional no mundo contemporâneo. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**, v. 8, n. 84, p. 2-6, 2007.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: EdUnB, 2011.

CIDADE, Francisco de Paula. **Notas de geografia militar sul-americana**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: USP, 2010.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia. **Revista USP**, [S. l.], n. 95, p. 9-22, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/52234>. Acesso em: 15 nov. 2023.

COUTINHO, Marco Antônio de Freitas. **As origens do pensamento geopolítico brasileiro**: a contribuição de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras. *Análise Estratégica*, Brasília, vol. 16, núm. 2, mar-maio, 2020, pp. 7-24.

CURSINI, Caio. **Os fundamentos da política externa brasileira do Estado Novo ao Livro Branco de Defesa Nacional (1937-2012)**: afinal, onde está a geopolítica? Tese - Doutorado em Geografia Humana, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

DAROS, Romeu Porto. **O pensamento estratégico em sun tzu, maquiavel, clausewitz e carlos matus**. *Gavagai, Erechim*, v. 4, n. 2, p. 83-102, jul./dez. 2017. Disponível em : <https://periodicos.uuffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/download/9083/5617>  
Acesso em: abr. 2023

DÓREA, Luis Henrique Cetrangolo. **A evolução histórica do Ministério da Defesa e as ações desenvolvidas para a conscientização da sociedade brasileira sobre os estudos de defesa**. Dissertação - Especialização em Ciências Militares, Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Ciências Militares, ECEME. Rio de Janeiro, 2018.

FARIAS, Hélio Caetano. DE ROOY, Gregor G. A. A. **A Integração Nacional analisada segundo a geopolítica brasileira entre 1910-1950**. *Rev. Bras. Est. Def.*, Rio de Janeiro, vol. 7, núm. 1, jan-jun, 2020, pp. 97-124.

FERNANDES, Ananda Simões. **A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil**: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

FIALHO, Adalardo. **Problemas do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

FONSECA JUNIOR, Leopoldo Nery da. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1940.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2004.

FRIEDE, Reis. (2010). Guerra assimétrica reversa. *História (São Paulo)*, 29(História, 2010 29(2)), 158–172. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000200009>

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Um Ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2000.

GRAY, Colin S. *Estratégia Moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

GRAY, Colin S. **Maintaining Effective Deterrence**. Strategic Studies Institute. (2003) ISBN: 1-584-87-135-0.

GRAY, Colin S. **The Geopolitics of the Nuclear Era: Heartlands, Rimlands and the Technological Revolution**. New York: Crane, Russak & Company, 1977.

GRÖHS, Mauricio. **Mecanismos para a formulação da Política de Defesa Brasileira: da criação do Ministério da Defesa ao primeiro Livro Branco de Defesa Nacional**. Dissertação - Mestrado em Ciências Militares, Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2022.

KAPLAN, Robert D. **A Vingança da Geografia: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LEMOS, Clarice Caldini. **Os bastiões da nacionalidade: Nação e nacionalismo nas obras de Elysio de Carvalho**. Dissertação - Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.



LOURENÇÃO, Humberto. Concepções de políticas de defesa e desenvolvimento da Amazônia de 1985 a 2006. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 29, n. 59, p. 11-29, 2014.

MACEDO, Ubiratan. "Doutrina da ESG vem de Vianna e Alberto Torres". In: O Estado de São Paulo. 19 de agosto de 1979.

MACEDO, Ubiratan. "Origens Nacionais da Doutrina da ESG". *Revista da ESG*, Rio de Janeiro, vol. 2, núm. 2, abril, 1984, pp. 86-90.

MARTIN, André Roberto. **Brasil Geopolítica e Poder – O anti-Golbery**. São Paulo: Hucitec, 2018.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Vol. I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011a.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Vol. II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011b.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Vol. III. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011c.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional Deterrence** New York: Cornell University Press, 1983.

MELLO, Leonel Itaussu. **Quem tem medo de geopolítica?** São Paulo: Hucitec Edusp, 2009.

MIYAMOTO, Shinguenoli. **Os estudos geopolíticos do Brasil**: uma contribuição para sua avaliação. Perspectivas: São Paulo, 1981.

MIYAMOTO, Shinguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis. **A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército**. Rio de Janeiro: Andersen Editores, s/d.

NOGUEIRA, Marcio de Andrade. **Dialética da dissuasão**: A mudança de paradigma. Dissertação - Mestrado em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. São Paulo: Publifolha, 1999.

OTAVIO, Anselmo; FEDDERSEN, Gustavo Henrique. "Dissuasão." SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITEILL, Marina Gisela (org.) Dicionário de segurança e defesa. Editora Unesp: São Paulo, 2018.

PÁDUA, José Augusto. A Profecia dos Desertos da Líbia: Conservação da natureza e construção nacional no pensamento de José Bonifácio. Revista Brasileira de Ciências Sociais. [S.1.], v.15, n.44, out.2000. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/S36rvK3sptqbdRY7T6VtW7z/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 16 Setembro 2022.

PEIXOTO, R. A. O modelo e o retrato: Jaime Cortesão, a 'História da Formação Territorial do Brasil' e sua articulação com a 'História da Cartografia brasileira'. História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 8, n. 19, 2016. DOI: 10.15848/hh.v0i19.936. Disponível em: <https://revistahh.emnuvens.com.br/revista/article/view/936>. Acesso em: 15 setembro 2022.

PEIXOTO JUNIOR, Luis Henruque Cetrangolo. **A geopolítica da Amazônia: os recursos naturais e estratégicos e a presença do Exército Brasileiro**. Dissertação - Especialização em Ciências Militares, Programa de Pós-Graduação *lato sensu* em Ciências Militares, ECEME. Rio de Janeiro, 2020.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa, ed. Gradiva, 1995

REGIANI, Rafael. Meridionalismo: o novo paradigma da geopolítica brasileira? Revista de Geopolítica, v. 11, nº 1, p. 48-61, jan./fev./mar. de 2020. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/270/237>.

Acesso em: 20 set. 2023

RIBEIRO, Filipe Giuseppe dal Bo. **A geografia militar no Brasil: A questão da Defesa Nacional**. Tese - Doutorado em Geografia Humana, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Lysias. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1947.

ROOY, G.A.A.; FARIAS, H.C. **A integração Nacional analisada segundo a geopolítica brasileira entre 1910-1950**. Revista Brasileira de Estudos de Defesa – RBED. v.7, n.1, 2020. 97-124. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75157>>. Acesso fev. 2023.

ROSSI, Fernanda da Silva Rodrigues. José Bonifácio: primeiro Chanceler do Brasil. **Almanack Braziliense**, n. 10, p. 181-184, 2009.

SÁ, Ana Priscila De Sousa. A questão da capital: marítima ou no interior? Revisitando uma proposta do Visconde de Porto Seguro. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, [S. l.], v. 32, n. 2, 2019. DOI: 10.14393/cdhis.v32n2.2019.52166. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/52166>. Acesso em: 15 set. 2022

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, categorias de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional**: O Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro, Olympio, 1981

SOUSA, Gustavo José Baracho de. **Os Livros Brancos e outros documentos de Defesa**: fontes da difusão e da orientação doutrinária. Tese - Doutorado em Administração, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2016.

SUANO, Marcelo José Ferraz. **Para Inserir o Brasil no Reino da História**: O pensamento político e militar do general Góes Monteiro. Manaus: Edua, 1999.

TAMBS, Lewis. **Latin American geopolitics**: A basic bibliography. In: Revista Geográfica (73). 1970, pp. 71-105.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **O Desafio da Dissuasão Convencional no Ambiente Multidomínio: Antiacesso e Negação de Área como Resposta**. Revista Análise Estratégica. v. 18 (4). set. /nov. 2020. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/CEEEExAE/article/view/7011/6050> Acesso em: abr. 2023

TOSTA, Octavio. "Everardo Backheuser, o precursor da geopolítica no Brasil". In: A Defesa Nacional (532-533). 1958, pp. 139-161.

TOSTA, Octavio. **Teorias Geopolíticas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1947.

TUATHAIL, Gearóid Ó. **Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space**. London: Routledge, 1996

UGARTE, Augusto Pinochet. **Geopolítica: Diferentes etapas para el estudio geopolítico de los estados**. Santiago, Revistas y Publicaciones Militares, 1968.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial orgânico**. Em que se insiste sobre a adoção de medidas de maior transcendência para o Brasil. Madrid: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1850.

\_\_\_\_\_. **A questão da capital: marítima ou no interior?** Viena: Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877.

\_\_\_\_\_. **Memorial orgânico que à consideração das Assembleias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro**. Dado a luz por um amante do Brasil. Brasília: FUNAG, 2016.

VESENTINI, José William. **Novas Geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2022.

VESENTINI, Paulo Fagundes. **Século XXI: Impasses e Conflitos**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2017.

WOLOSZYN, André Luís. **Ameaças e Desafios à Segurança Humana no Século XXI: De gangues, narcotráfico, bioterrorismo e ataques cibernéticos às armas de destruição em massa**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2013.